



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

**“QUANDO ME ARRANCARAM DAQUELES LUGARES”:
Maria Firmina dos Reis e a auto elaboração dos *excluídos* na literatura brasileira**

JOÃO PESSOA

2022

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

**“QUANDO ME ARRANCARAM DAQUELES LUGARES”:
Maria Firmina dos Reis e a auto elaboração dos *excluídos* na literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras –
Língua Portuguesa, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Franciane Conceição da Silva

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238q Barbosa, Anna Kristyna Araújo da Silva.

Quando me arrancaram daqueles lugares? M^a Firminados Reis e a auto elaboração dos excluídos na literatura brasileira / Anna Kristyna Araújo da SilvaBarbosa. - João Pessoa, 2022.
57 f.

Orientadora: Franciane Conceição da Silva.TCC
(Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Maria Firmina dos Reis. 2. Interseccionalidade.
3. Romantismo. 4. Literatura de autoria negra. I.
Silva, Franciane Conceição da. II. Título.
Conceição da. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 82-31(6:81)

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

**“QUANDO ME ARRANCARAM DAQUELES LUGARES”:
Maria Firmina dos Reis e a auto elaboração dos *excluídos* na literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras –
Língua Portuguesa, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Franciane Conceição da Silva

Data de Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Franciane Conceição da Silva
(Orientadora – UFPB/ DLCV)

Profa. Dra. Danielle Luna e Silva
(Examinadora – UFPB/ DLEM)

Profa. Dra. Miriam Cristina dos Santos
(Examinadora -UNIFESSPA)

Prof. Dr. Wellington Marçal de Carvalho
(Suplente – UFMG)

JOÃO PESSOA

2022

Para Cássia, minha amada mãe,
Para Esther, minha querida irmã,
Para todas a mulheres negras desse país.

AGRADECIMENTOS

*Nós sobrevivemos
A estes séculos de ódio
E não negamos
O doloroso peso que têm*

*[...]
A noite foi longa
As feridas foram profundas
O poço estava escuro
Suas paredes eram íngremes*

*Batam palmas, comemorem
Nós merecemos isso
Alegrem-se!*

(Maya Angelou)

Agradecer para mim é uma forma de celebrar, não apenas as minhas vitórias, mas também das pessoas que estão e estiveram comigo ao longo dessa caminhada. Penso, que esse é o momento de se fazer memória daqueles e daquelas que insistiram em ser apoio em meio a essa travessia. A expressão “*eu sou porque nós somos*” reflete muito a ideia de que muitas mãos costuraram minha trajetória até aqui e que eu nunca estive sozinha.

Agradeço à professora Franciane que contribuiu imensamente para a elaboração desse trabalho e para minha formação como intelectual negra. Desde que a conheci, ela tem se tornado uma inspiração, não só como professora, mas como um exemplo de intelectual engajada.

Às professoras Daniele de Luna, Miriam Santos e ao professor Wellington por aceitarem participar da construção desse trabalho e pela generosidade da leitura e dos apontamentos. E a cada professor e professora da licenciatura em Letras que contribuiu para a minha formação ao longo desses anos.

Aos colegas e às colegas da turma “*Perdidos da noite*” pelas alegrias e desafios compartilhados ao longo desses anos. À Jeanne, Wellington, Bruno, Sidney, Ana Paula, André e aos demais por todo acolhimento e carinho dispensados a mim. Não poderia deixar de agradecer à professora Simone e aos meus amigos das Sociais: Fernanda, Ju, Gabi, Carol, Anderson e toda turma do Mefisto por todos os cafés e encontros que já viraram uma sessão de terapia coletiva. Vocês são imprescindíveis na minha vida!

Ao meu amigo Esdras por todo o apoio durante todos esses anos que nos conhecemos, sem sua amizade e generosidade eu não conseguiria chegar até aqui. Obrigada por não soltar a minha mão nos momentos em que mais precisei.

À mainha e painho, por todo amor e por todo incentivo a minha formação. Esses últimos anos foram dolorosos e difíceis, eu não conseguiria ter atravessado sozinha. Vocês são a razão de tudo isso. Agradeço ao meu irmão, à minha irmã, à minha Vó Nega, à minha tia Andréia e a toda a minha família por toda força e auxílio. Amo vocês!

Agradeço a Neto, meu amor e companheiro de vida. Palavras não são suficientes para expressar a gratidão que sinto por todo apoio e amor recebido ao longo desses anos. Muito obrigada por tudo! Amo você!

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus que me deu forças durante a caminhada e me guiou até aqui.

*Esses fatos provam que a colonização, repito,
desumaniza o homem mesmo o mais civilizado;
que a ação colonial, a empreitada colonial, a
conquista colonial, fundada sobre o desprezo,
tende inevitavelmente a modificar aquele que a
empreende; que o colonizador, ao habituar-se a
ver no outro a besta, ao exercitar-se em tratá-lo
como besta, para acalmar sua consciência,
tende objetivamente em transformar-se ele
próprio em besta. Esta ação, este golpe
devolvido pela colonização, era importante
assinalar.*

(Aimé Césaire)

*A sorte me reservava ainda longos combates.
Quando me arrancaram daqueles lugares, onde
tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e
liberdade! Meu Deus! O que se passou no
fundo de minha alma, só vós o pudestes
avaliar!*

(Maria Firmina dos Reis)

RESUMO

BARBOSA, Anna Kristyna Araújo da Silva. “*Quando me arrancaram daqueles lugares*”: M^a Firmina dos Reis e a auto elaboração dos excluídos na literatura brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Letras/Português – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

O objetivo do presente trabalho é apresentar os termos nos quais o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, escritora negra e maranhense, desenvolve uma articulação entre raça, classe e gênero mediados pela crítica ao colonialismo no século XIX. Nesse sentido, o caminho percorrido desenvolve-se em três etapas: (1) contextualizar a obra e autora nesse cenário político-intelectual de meados do século XIX; (2) desenvolver a análise das personagens femininas Úrsula e Susana, indicando a centralidade dessas caracterizações para a importância da obra e de sua crítica; e (3) demonstrar como esses “retratos” das personagens articulam os elementos de uma literatura anticolonial, crítica do imbricamento fundamental entre patriarcalismo, colonialismo e os limites da liberdade em uma ordem social erguida sobre esses dois pilares.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; Interseccionalidade; Romantismo; Literatura de autoria negra.

RESUMEN

BARBOSA, Anna Kristyna Araújo da Silva. “*Cuando me arrancaron de aquellos lugares*”: M^a Firmina dos Reis y la autoelaboración de los excluidos en la literatura brasileña. Trabajo de Conclusión de Curso. Licenciatura en Letras/Portugués – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

El objetivo del presente trabajo es presentar los términos en los cuales la novela *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, escritora negra y nacida en el estado brasileño de Maranhão, desarrolla una articulación entre raza, clase y género mediados por la crítica al colonialismo en el siglo XIX. En este sentido, el camino recorrido se desarrolla en tres etapas: (1) contextualizar la obra y la autora en este escenario político-intelectual de mediados del siglo XIX; (2) desarrollar el análisis de los personajes femeninos Úrsula y Susana, señalando la centralidad de esas caracterizaciones para la importancia de la obra y de su crítica; y (3) demostrar cómo esos “retratos” de los personajes articulan los elementos de una literatura anticolonial, crítica de la imbricación fundamental entre el patriarcalismo, el colonialismo y los límites de la libertad en un orden social erigido sobre esos dos pilares.

Palabras clave: Maria Firmina dos Reis; Interseccionalidad; Romanticismo; Literatura de autoría negra.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	MARIA FIRMINA DOS REIS E A POLÍTICA DAS LETRAS NO SÉC. XIX.....	15
2.1	O Brasil na segunda metade do século XIX.....	15
2.2	Maria Firmina e a construção de uma literatura transgressora	18
3	ECOS DA LIBERDADE: VOZES FEMININAS EM ÚRSULA.....	27
3.1	Úrsula, uma personagem ultrarromântica	27
3.2	Mãe Susana, <i>uma voz insubmissa</i>	31
4	A AUTO ELABORAÇÃO DO COLONIZADO: HISTÓRIA E LIBERDADE	35
4.1	Retratos de mulheres, retratos de senhores	39
4.2	Um passo antes, um passo além: história e liberdade.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
1.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1 INTRODUÇÃO

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo, *Vozes de Mulheres*)

Quando tive que escolher um tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, logo falei que queria estudar sobre o papel da mulher no século XIX. A disciplina de Sociologia Brasileira me fez querer entender mais sobre o Brasil. Ao fazer as leituras decidi que abordaria sobre o tema da mulher e educação, de alguma forma aquilo mexia comigo. Após algumas conversas com meu orientador resolvi pesquisar sobre o papel da mulher para a sociologia brasileira nos oitocentos. Foi nesse caminho que conheci Tobias Barreto e a Escola de Direito do Recife. Tobias, intelectual negro sergipano, que combatia as teorias da época que diziam que a mulher era inferior devido ao tamanho do seu cérebro. Rompendo com o determinismo biológico, o autor, que também foi deputado, fez um discurso na Assembleia Provincial de Pernambuco, no dia 22 de março de 1879, defendendo a educação superior feminina. Na perspectiva do jurista, a educação da mulher era um instrumento civilizador e um sinônimo de progresso para a nação. Em suas reflexões, Barreto “insiste sempre no tema da coeducação dos sexos, ao lado de outro que também assumiu apaixonadamente: o da defesa do ensino obrigatório, em sua opinião mais do que necessidade do indivíduo, *uma necessidade da nação*” (NASCIMENTO, 1999, p. 206, grifo meu).

Ao percorrer esse caminho entre a graduação em Ciências Sociais e o começo do Mestrado em Sociologia quase não me detive sobre a produção de mulheres no Brasil, nenhuma

das disciplinas que cursei sobre sociologia brasileira trouxeram mulheres pensando a sociedade brasileira, com exceção da obra *A mulher na sociedade de classes* (1969), de Heleieth Saffioti. Em nenhuma ouvi referência à Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro entre outras mulheres, sobretudo negras que conheci nesses últimos anos. Foi somente no ano de 2016 quando comecei a cursar letras, ao me deparar com o conto “*A Escrava*” (1887), de Maria Firmina dos Reis, e *Ponciá Vicêncio* (2003), obra de Conceição Evaristo, que me dei conta que nunca tinha lido produções de mulheres negras. A partir disso, comecei a pesquisar sobre a escrita das mulheres no séc. XIX e conheci autoras como Nísia Floresta, Maria Firmina, Júlia Lopes de Almeida, entre outras. Através dos escritos de Constância Lima Duarte, sobre Nísia Floresta e a imprensa feminina e feminista no Brasil do séc. XIX pude ir aprofundando meus conhecimentos sobre as mulheres das letras no século XVIII. Mas foi somente em 2019, com Franciane, minha orientadora, e minha primeira professora negra em dez anos na universidade pública, entre duas graduações e mestrado, que tive de fato uma ampliação no leque de referências de mulheres negras.

O apagamento das mulheres, especificamente negras, no campo intelectual, é reflexo da nossa sociedade patriarcal e racista que produz epistemicídio e silenciamento da população negra de forma sistemática. A defesa da educação pública e feminina e a luta antiescravagista no século XIX, sobretudo no último quartel, eram pautas das produções das mulheres de letras, como Maria Firmina Reis, que teve sua obra no esquecimento por mais de um século. Segundo Constância Duarte “a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX” (DUARTE, 2017, p. 14) e grande parte das publicações traziam como uma das principais pautas a reivindicação dos direitos das mulheres, sobretudo, do direito à educação e ao sufrágio. Nesse período houve uma intensificação na participação feminina na luta por emancipação política, especialmente na política institucional, destacando-se *Narcisa Amália de Campos*, *Maria Benedicta Câmara Bormam*, *Amélia de Freitas*, *Júlia Lopes de Almeida*, *Josefina Alvares de Azevedo* e *Inez Sabino* (BARBOSA, 2020, grifo da autora).

A escrita não era um ofício das mulheres nesse período, a sociedade patriarcal limitava os direitos das mulheres e relegava-as ao espaço privado. Porém, com o processo de modernização da sociedade brasileira, com a circulação da literatura estrangeira, sobretudo francesa, houve um crescimento da participação das mulheres na produção literária e nas publicações nos folhetins. Até então, a mulher era apenas objeto das obras literárias escritas por homens, a maioria das personagens femininas da época estavam em consonância com o processo de diferenciação dos sexos oriundo do patriarcalismo que atribuía os papéis sociais de

mãe e de esposa. Porém, a literatura foi um instrumento de luta para as mulheres romperem com esses discursos cristalizados sobre a figura feminina. Com o Ato Adicional de 1834, escolas normais começaram a surgir por todo império, contudo, só atendiam o público do sexo masculino, só depois de muitos anos as Escolas Normais passam a ir incorporando o público feminino, porém, o ensino estava influenciado pela educação moral religiosa e pelo patriarcado, ou seja, ensinavam atividades de corte e costura, ensino de outros idiomas, regras de etiqueta etc., nada além de uma educação que adequasse as meninas aos papéis de “boa mãe e esposa”. Ressalta-se que as escolas normais que passaram a atender as mulheres eram escolas privadas, o que significa que as mulheres negras eram excluídas desses espaços de instrução, o que aponta que a educação da mulher no séc. XIX era um privilégio das mulheres brancas e das elites, “as mulheres de classe média e alta tiveram mais oportunidades de participar em um mundo de mercadorias, de símbolos e modelos de comportamento que correspondia até certo ponto à experiência das mulheres de países desenvolvidos” (COSTA, 200, p. 500),

Emília Viotti da Costa aponta que mudanças ocorridas nas vidas das mulheres do século XIX são oriundas do desenvolvimento do capitalismo que afetou as mulheres de cor e de classes diferentes de formas diversas, pois a nova ordem que se instaurava no Brasil trouxe contradições que “criaram novas oportunidades e eliminaram outras. Destruíram algumas barreiras, mas levantaram outras. Mulheres de diferentes classes sociais foram afetadas de maneiras diversas. Enquanto umas ganharam novos espaços outras perderam o que tinham” (COSTA, 2010, p. 500).

Nesse contexto, surge o Romantismo no Brasil, corrente literária que assimilou a tarefa de se pensar sobre a identidade nacional. Ela “assumiu os valores estéticos europeus para construir a identidade literária no Brasil” (SANTOS, 2016, p. 190) e suas produções tidas como clássicas reproduziram costumes de uma cultura europeia e valores burgueses em desenvolvimento no Brasil. Nas produções românticas é possível perceber o ideal nacionalista condensado e as fronteiras simbólicas do que viria a ser configurada como uma identidade nacional. “O americanismo de *A confederação dos Tamoios* (1856), *Iracema* (1865) e *O guarani* (1857) forneceu a especificidade da nova nação. Assim se inventou uma tradição aristocrática local reafirmada pela sociedade de corte por meio do uso de nomes indígenas para compor os títulos nobiliárquicos” (ALONSO, 2010, p. 95). A figura do indígena idealizado, o enaltecimento da nação, presentes na primeira geração romântica, apontam que tipo de nação estava sendo cristalizada, uma nação que excluía os marginalizados, sobretudo negros, o que mostra a afinidade de pensamento com as instituições políticas da época. Desse modo:

O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda a história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas (BOSI, 1981, p. 99, grifo do autor).

A obra de Maria Firmina dos Reis surge nesse contexto em que o espaço público excluía mulheres e negros. Num cenário em que esses grupos faziam parte daqueles que não tinham acesso à instrução pública e muito menos o *status* de cidadãos, a autora maranhense rompe as barreiras sociais e culturais da época, sobretudo a racial, ao publicar o que viria a ser o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil. *Úrsula*, obra publicada originalmente em 1859, apresenta características estéticas do Romantismo, porém rompe com o modelo de narrativa que exclui os negros da produção literária da época, que os animalizava e os retratava de forma estereotipada. A escritora maranhense, usa da escrita como uma forma de inserção do espaço público que era hegemonicamente dominado por homens brancos e faz isso numa época em que a literatura de autoria negra era quase inexistente.

Na literatura produzida no Brasil até 1888, o negro apareceu em papéis diversos e sob ângulos diferentes. Os primeiros inscritos geralmente incluíam polêmicas contra ou favor da escravidão, corrente que iria contribuir com outras obras até a abolição e, mesmo depois disso, em retrospectiva. Como pessoa, o negro foi descrito como quase tudo cabível na escola humana de interpretação: uma figura semelhante a feras e que servia apenas para o trabalho pesado, um selvagem em que não se pode confiar e que se revoltará na primeira oportunidade, um herói lutando contra uma opressão injusta, um servo fiel imbuído de grande amor por seu senhor, uma figura exótica que desperta desejo, um pobre ser humano rebaixado de anseios justos devido a uma instituição iníqua. Em poucas palavras, o negro apareceu sob quase todos os ângulos concebíveis pelos autores que dele se ocuparam (RABASSA, 1965, p. 324).

A obra de Maria Firmina se configura como transgressora, na medida em que coloca as personagens negras como protagonistas, além de denunciar os maus tratos sofridos pelos negros escravizados da época e por trazer para a narrativa uma África que rompe com estereótipo de um lugar apenas de sofrimento, o que aponta aspectos de originalidade da obra, que apesar disso, não recebe muita atenção da crítica na época, ficando no ostracismo por mais de cem anos. Segundo Zahidé Muzart, isso se deu por *Úrsula* “ter sido editado na periferia, longe da Corte, e por ser uma mulher e negra” (2000, p. 266). Porém, é importante ressaltar que a escritora foi contemporânea de escritores como Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, José de Alencar, Sousândrade entre outros, sem jamais ter recebido o reconhecimento de seus pares. Inclusive, o fato de ser uma autora da periferia, em relação a Corte, não justifica o ostracismo, tendo em vista que São Luís, era na época

considerada a Atenas Brasileira, pois reunia grandes intelectuais de diversas áreas, a exemplo de Gonçalves Dias, poeta maranhense, conhecido como o grande poeta indianista da Primeira Geração Romântica. Sem falar de outros autores nordestinos como Castro Alves e José de Alencar que se constituíram como cânones do Romantismo no Brasil. Tal fato aponta:

O apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população (DUARTE, 2002, p. 47).

O processo de invisibilização das mulheres negras no campo intelectual reflete como a literatura excluía nesse período homens e mulheres negras. Além de sua condição de mulher negra, Maria Firmina dos Reis extrapola o padrão de escritor romântico ao compor uma narrativa que rompe com a forma de representação que coloca as personagens negras na condição de silenciamento e subalternidade. Como aponta Grada Kilomba em *Memórias da Plantação* (2008), a esse processo damos o nome de *racismo genderizado*, referindo-se à “opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (2020, p. 99). A exclusão da obra de Maria Firmina do cânone literário brasileiro, por mais de um século, é um ato simbólico de como a escravidão, o colonialismo e o racismo produzem a negação da subjetividade da pessoa negra, propagando silenciamentos e exclusão.

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher letrada, que por tempos, foi invisibilizada, mas que contém em suas produções reflexões importantes para quem quer pensar, revisitar e analisar o pensamento brasileiro sob uma perspectiva que vai além do espaço limitado do cânone. Dessa forma, o presente trabalho se configura como uma análise da obra *Úrsula* (1859), buscando apontar e analisar suas principais contribuições para a literatura brasileira, no que tange às discussões sobre mulher, raça e nação, refletindo sobre a autora e o contexto de produção do romance, focando nas personagens femininas Úrsula e Mãe Susana, analisando como a mulher é encenada no texto literário num período no qual um sistema patriarcal e escravagista era predominante. A escolha da obra se deu por se tratar de uma produção de uma mulher negra considerada pioneira e por possibilitar a desconstrução dos discursos racistas e estereotipados a respeito das pessoas negras no Brasil, além de possibilitar uma contribuição para o campo dos estudos literários brasileiros e do feminismo negro, ao romper com o lugar de invisibilidade reservado as mulheres negras.

Para abordar a questão dos elementos de confluência entre uma nacionalidade geral em formação e a negritude presentes no pensamento de Maria Firmina dos Reis –, cabe entender como a análise se empreende. Neste caso, de forma sucinta, faz-se necessário indicar o caminho

seguido. Mesmo entendendo e tendo como ponto pacífico a centralidade dos intelectuais na formação do Brasil por suas atuações na política institucional e na produção cultural potencializada no e pelo processo de urbanização do país (DEL PRIORE, 2016; FREYRE, 2004; SAFFIOTI, 2013), entende-se o campo literário como esse espaço de produção, mas também de consumo, de uma cultura produzida através da literatura nacional de caráter burguês em seu aspecto de mercado urbano. Nesse espaço, as mulheres apareciam mais como consumidoras de um nicho específico, do que como produtoras, condição ainda mais restrita às mulheres negras. Desse modo, o caso de Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra e literata de meados do século XIX desponta como caso especial para a compreensão da histórica relação entre negritude, mulheres e literatura no Brasil.

2 MARIA FIRMINA DOS REIS E A POLÍTICA DAS LETRAS NO SÉC. XIX

*Lei áurea, que estais nos livros,
Santificando diversos nomes,
deixai a nós,
o nosso reino
pois não faremos a tua vontade,
aqui na terra nem lá no céu.*

*O pão nosso
De cada dia fazemos hoje.
Para convosco não termos dívidas,
Nem para com ninguém,
Que nos tenha ofendido.
Livrar-nos-emos do vosso mal.
Amém.*

(Geni Guimarães, *Oração da Rebeldia*)

2.1 O Brasil na segunda metade do século XIX

Ao revisitar a história da literatura brasileira é comum falar das mulheres de letras do século XIX, muitas delas participaram de debates importantes na sociedade brasileira como o direito à educação, direito ao voto, a liberdade e etc. Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) é o primeiro nome que vem à mente, a autora ficou conhecida como a precursora do feminismo no Brasil ao publicar *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832, considerado uma tradução livre do texto *Reinvidicação do direito da mulher*, de Mary Wollstonecraft. Mulheres negras quase não compõem o cânone de escritoras literárias, porém, nos últimos anos, sobretudo, em consequência dos esforços do Movimento Negro, tem sido feito um resgate de autoras que tiveram produções literárias ao longo da história brasileira, a exemplo de Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, entre outras.

O período oitocentista trouxe mudanças significativas nas vidas das mulheres no mundo. No Brasil, as transformações passaram a acontecer após a chegada da Família Real em 1808, intensificadas pelo processo de urbanização. Com isso, mudanças significativas no âmbito cultural e econômico, que moldaram os padrões sociais e repercutiram nas formas de subjetividade dos indivíduos e suas disposições passaram a influenciar na forma como eles compreendiam o mundo e a si mesmos. Naquele contexto, o sistema patriarcal tal como se apresentava e o processo de diferenciação social influenciaram e alteraram as práticas sociais que passaram a apresentar uma maior dinamicidade e acabaram por aparentar romper os aspectos tradicionais, buscando imitar o “progresso” da Europa. Assim sendo, “a estrutura

patriarcal é a variável fundamental para entender a lógica social, política e econômica do Brasil, visto que o patriarcado controlava esses domínios, tornando-se a principal instituição do Brasil” (SILVA, 2015, p. 16.). Era “uma estrutura autoritária, embora adotada na prática, estendia-se até o sistema familiar, em que o homem cabeça da família, exercia sob a mulher e os filhos um poder que podia chegar ao sadismo” (SKIDMORE, 1976, p. 21).

Além disso, teorias raciais europeias passam a circular por toda a sociedade brasileira, a elite política imperial respirava os ares das nações civilizadas através dos livros. As mulheres, principalmente as da elite, também vão sendo mais instruídas e influenciadas pelas ideias europeias, como nos aponta Emília Viotti da Costa:

Foi entre as mulheres de elite que se encontraram as primeiras a adotar os novos costumes, mas outros grupos sociais foram afetados pela mudança. Mulheres de classe média começaram a ser notadas por sua habilidade em falar francês, às vezes inglês ou alemão. Sabiam tocar piano, cantar, recitar, desenhar, pintar e fazer qualquer tipo de bordado, mas eram também capazes de manter uma conversação animada sobre assuntos mais momentosos. (COSTA, 2010, p. 504).

A escravidão era outro fator que marcava o Brasil e sua abolição não era interesse das elites que queriam manter seu *status quo*. A condição do negro na sociedade brasileira era marcada por silenciamento e violência. As obras literárias que retratavam o negro ridicularizam suas características físicas e reforçavam uma suposta inferioridade em relação ao homem branco. A sociedade patriarcal brasileira quase sempre excluía a figura do negro das produções literárias da época, ou seja, o negro alternava entre a exclusão ou a presença desumanizadora. Skidmore (1976) analisa a questão da abolição da escravatura no Brasil, defendendo que a cor da pele era determinante fator para estratificação social da sociedade brasileira do período. Segundo ele, mesmo que o negro fosse livre, era visto de forma preconceituosa e racista, era tratado de forma inferiorizada em relação ao branco, a quem que teria o dever de prestar respeito. Isso aponta que, na prática, a raça era, e continua sendo, o fator determinante na constituição das camadas sociais.

A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem a seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais adotaram um liberalismo conservador que admita a escravidão e conciliaram liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avôs haviam conciliado a escravidão com o cristianismo (SKIDMORE., 2010, p. 360).

As mulheres negras encontraram diversas limitações no Brasil oitocentista. Num período em que a mulher estava destinada ao espaço privado e a procriação, muitas eram as funções exercidas pelas mulheres negras. Trabalhavam no comércio, como “negras dos tabuleiros”, mucamas das sinhás, outras enveredavam pela prostituição por questão de sobrevivência, muitas vezes levadas a esse caminho pelos seus senhores. Eram retratadas como símbolos de pecado, o avesso das mulheres brancas que eram tidas como símbolos de pureza e doçura. Os estereótipos das mulheres negras eram diversos, a sua maioria reproduzidos na literatura da época, e que as colocavam numa posição de desmerecimento social e moral, reforçando um lugar de inferioridade e como despossuídas de humanidade e de direitos.

A segunda metade do século XIX, especificamente no último quartel, foi marcada por uma efervescência cultural, social, política e econômica. Pautas como o fim da escravidão, os direitos das mulheres e o acesso à educação tornam-se presentes nas produções e nas reivindicações dos oitocentos. As mulheres que lutaram por essas pautas foram por tempo invisibilizadas, suas produções não compunham o cânone sobre esses temas. Embora grande parte dos jornais e folhetins da época trouxessem contribuições e produções de mulheres que se manifestavam sobre essas temáticas, algumas até usando pseudônimos, como é o caso de Firmina que publicou *Úrsula* sob o pseudônimo “Uma Maranhense...”. A escritora “colaborou assiduamente com vários jornais literários, tais como *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *O Federalista* e outros” (MUZART, 2000, p. 264).

A importância de se “pensar o pensamento” através das letras, ainda mais para além das determinações do tempo em que eram essas mesmas pessoas que compunham os fóruns de decisão política nacional, se faz importante por ser um espaço de atuação das mulheres em acesso ao mundo público (SAFFIOTI, 2013; TAMBARA, 1997), rompendo alguns limites que lhes eram impostos pelo sistema patriarcal ao quais estavam inegavelmente inseridas, mas nem tanto uma ruptura definitiva ou radical, por muitas vezes disfarçadas em seus pseudônimos e subsumidas na hegemonia masculina no campo da produção cultural da época. Além disso, pensar o caso de Maria Firmina, reitera que, mesmo não sendo abordada de forma ampla e corriqueira nos estudos literários no Brasil, a participação feminina direta ou ideológica era inegável e presente (PRADO, 2004). Embora a “questão de gênero” não seja uma temática central no pensamento social brasileiro oitocentista (CORREA, 2011) as mulheres estiveram presentes cimentando as várias tradições históricas dessa temática.

2.2 Maria Firmina e a construção de uma literatura transgressora

Quando se fala de Maria Firmina dos Reis, conseqüentemente se evoca o debate abolicionista no século XIX e o papel da escrita feminina em defesa dessa pauta. Firmina nasceu na capital maranhense em 11 de março de 1822 e faleceu em 11 de novembro de 1917, aos 95 anos, sem nenhum prestígio, acometida pela cegueira. Filha registrada de João Pedro Esteves e de Leonor Felipe dos Reis, cursou o magistério e se tornou professora concursada aos 25 anos na província de Guimarães, no Maranhão, onde se aposentou nos anos de 1880. A escritora lutou e defendeu a educação durante toda a sua vida. No final da década de 1880, criou uma escola mista e pública sendo uma das pioneiras no país (MORAIS FILHO, 1975) mas que durou apenas dois anos, porém esse feito era transgressor para época, na qual meninas não podiam estudar e quando estudavam, o ensino era voltado para técnicas de cuidado, ensinando-as a assumir as funções de preceptoras de seus filhos e filhas, mas sem romper, em momento nenhum, as obrigações de gênero que delegam à mulher a redução ao espaço privado, ideia influenciada pela religião, na época representada pelo catolicismo. A autora foi “autodidata, sua instrução fez-se através de muitas leituras – lia e escrevia francês fluentemente” (MENDES, 2006, p. 19).

Sua obra pioneira, *Úrsula*, foi bastante divulgada nos folhetins da época de sua região e seus comprovincianos mostravam estima pela autora.

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana. (A moderação, 11 de agosto de 1860).

Maria Firmina dos Reis, conviveu numa casa composta majoritariamente de mulheres. No trecho que destacaremos abaixo, percebe-se que Firmina teve uma infância muito restrita, seu núcleo familiar e de amizades se restringiu a sua mãe, sua vó, tia e primas, teve uma “educação freirática”, o que aponta que teve uma educação religiosa e só para mulheres, voltada para os valores patriarcais da época,

De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha vó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã...minha terna irmã/a, e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância; e nos seus seios eu derramava meus melancólicos

e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos. [...] Vida!...Vida, bem penosa e tens sido qual a minha alma tem voado infinitos espaços, e este desejo insondável, e jamais satisfeito, afagado, e jamais saciado, indefinível, quase que misterioso, é, pois sem dúvida, o objeto único de meus pesares infantis e de minhas mágoas. Eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas e dias inteiros que aborreço a mim própria. (MORAIS FILHO, 1975, p. 154-155).

Segundo Norma Telles (2018), Firmina ao ser aprovada para a vaga de professora, no Concurso Estadual de 1847 para instrução primária em Guimarães, Maranhão, teve a proposta de ir carregada em um palanquim por escravos, porém a mesma recusou-se e mostrou indignação diante do fato, e justificou a recusa dizendo que negro não era um animal para se montar e seguiu caminhando. Quase não se tem fatos sobre a biografia da escritora maranhense. Sabe-se que era pequena, parda, de olhos escuros, na velhice tinha cabelos crespos e grisalhos quase sempre presos (MORAIS FILHO, 1975).

Tratar de pioneirismo é falar de Maria Firmina dos Reis e de suas obras. Seu livro, *Úrsula*, de 1859 é o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher na língua portuguesa. Suas obras estão em consonância com os debates sociais da época. Seu conto *A Escrava* (1887) também traz o debate sobre a abolição, o conto *Gupeva*, publicado em jornais em 1861 toca na temática indianista. Percebe-se que a escritora maranhense está entrelaçada com o contexto em que vivia e todas as transformações que começavam a ocorrer no Brasil oitocentista. Porém, é importante perceber que mesmo sendo considerada pioneira no debate abolicionista, Maria Firmina teve sua obra esquecida e inviabilizada no contexto literário da época em que produziu suas principais obras, “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 26). Foi apenas em 1962, após ser encontrada por Horácio de Almeida e republicada por José Nascimento de Moraes Filho em 1975, que a obra passa a ser considerada pela crítica como o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher na literatura brasileira, porém somente em 2000 que Maria Firmina dos Reis passa a aparecer na *Antologia de Escritoras Brasileiras do século XIX*, escrita por Zahidé Muzart. Faz pouco tempo que a fortuna crítica passou a reconhecer o seu pioneirismo e o caráter inovador e transgressor de sua obra.

Apesar de sua ter sido “descoberta” só na década de 60, alguns autores como, Sacramento Blake e Raimundo de Menezes já faziam referência e destacavam a obra da maranhense um século antes. Blake fez isso no seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, escrito em 1900, já Menezes cita Maria Firmina dos Reis no *Dicionário Literário Brasileiro* em sua segunda edição, publicada em 1978, conforme trecho abaixo:

Reis (Maria Firmina dos) – N. em São Luís (MA), a 11 de outubro de 1825, filha de João Esteves e D. Felipa dos Reis. Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de Primeiras Letras de S. José de Guimarães (interior do Maranhão) desde agosto de 1847 a março de 1881, quando se aposentou. Em 1880 fundou uma aula mista, escandalizando os círculos locais, em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quase todos os alunos e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em prosa como em verso, escreveu algumas obras. É considerada em seu Estado a primeira mulher a escrever romances no Brasil. Seu romance *Úrsula* foi descoberto em 1962 por Horácio de Almeida numa casa de livros usados do Rio de Janeiro. Chamou a atenção do pesquisador porque, no lugar do nome do autor, estava assinado *Uma Maranhense*. Depois de muitos estudos, Horácio de Almeida, que nasceu na Paraíba, descobriu a identidade da autora: Maria Firmina dos Reis. Escreveu também o poema *Cantos à beira-mar* e os romances *Escrava* e *Gupeva*, onde, além de casos de inseto [sic] aborda as relações entre os brancos e os índios em seu Estado. A paulista Teresa Margarida da Silva Orta é considerada a primeira brasileira a escrever romances, mas, segundo os maranhenses, sua obra *Aventuras de Diófanos*, escrita em 1752, foi publicada em Portugal e trata de mitologia grega, um tema que nada tem a ver com o Brasil. Por isso, entendem, não pode ser considerada a primeira. É uma tese que encontra apoio em vários círculos intelectuais de outros Estados. Assim foi homenageada pelo governo do Maranhão, que deu seu nome a uma rua de São Luís e mandou colocar uma placa na antiga tipografia *Progresso*, onde em 1858 foi impresso *Úrsula*. F., em data ignorada, com certeza na terra natal. Bibliografia: *Cantos à beira-mar* (poesias), S. Luís. *Úrsula* (romance), S. Luís. *A escrava* (romance), S. Luís. Ed. Facsimilar *Úrsula*, pelo governo maranhense, em 1975 (MENEZES, 1978, p. 570-571).

Diante de tantos fatores que apontam o protagonismo de Firmina, por que há uma dificuldade em reconhecer autores e autoras afro-brasileiros, como ela, no cânone brasileiro? É importante ressaltar que Maria Firmina era uma mulher, negra e nordestina. A autora denuncia a escravidão a partir de um “lugar de fala” específico. Como aponta Conceição Evaristo, a Literatura afro-brasileira é marcada por um traço, o distanciamento de um discurso literário destoante da literatura canônica, ou seja, os “processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral” (EVARISTO, 2009, p. 20),

No romance *Úrsula*, Firmina rompe com a naturalização da escravidão ao exaltar a negritude e apontar que a condição de escravo é algo histórico. Ao “oferecer escuta” aos personagens negros no romance, a autora conta a história do ponto de vista dos escravizados, propondo uma narrativa da escravidão que é dissonante do que se tinha no Romantismo da época,

Texto fundador, *Úrsula* polemiza com a tese segundo a qual nos falta um ‘romance negro’, pois apesar de centrado nas vicissitudes da heroína branca, pela primeira vez na literatura, tem-se uma narrativa da escravidão, conduzida por ponto de vista interno e por uma perspectiva afrodescendente. Assim, o

romance da escritora maranhense vem fazer companhia às Trovas burlescas de Luiz Gama, também de 1859, no momento inaugural em que os remanescentes de escravos querem tomar com as mãos o sonho de, através da literatura, construir um país sem opressão (DUARTE, 2004, p. 280).

Úrsula é considerado uma obra romântica, porém foge muito das produções românticas do oitocentos. O romance escrito por Maria Firmina dos Reis é uma obra que trabalha a questão do abolicionismo a partir da perspectiva do Outro, do subalternizado, e desenvolve uma narrativa em que a pessoa negra alcança elevação moral, tal qual a representação mais comum de personagens brancas na literatura do seu tempo. O comum do período da produção literária de então é o enquadramento da personagem negra em papel de dependência de libertação, um sentido compartilhado até entre aqueles que se alinhavam com a causa abolicionista. Mesmo com Castro Alves, literário romântico e aliado abolicionista, a libertação negra seria uma causa necessária também aos brancos, mas o protagonismo negro ainda não havia alcançado suas páginas e permanecia algum sentido de tutela, além de uma representação estereotipada típica das produções já em meados do século XIX (LUCIANO, 2012). Um dos principais aspectos da obra de Maria Firmina dos Reis é essa virada da pessoa negra na literatura, uma passagem da pessoa negra como objeto para a pessoa negra como sujeito, o que faz a pessoa negra ascender como referência moral da narrativa (DUARTE, 2013).

Essa solidariedade com o oprimido [em *Úrsula*], também presente no conto "A escrava", é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva *outra*, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e a seus descendentes, expressa, pela via da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura. (DUARTE, 2004, 269).

Num cenário em que basicamente a exclusão do agente negro por parte do Romantismo na descrição de nação é falha e não consegue refletir sobre a realidade de um cruzamento físico que teria direta influência sobre os aspectos sociais da população, Maria Firmina desempenha um papel importante ao trazer o negro e a questão do abolicionismo para o seu romance, pois sua literatura envolvia uma compreensão de que a literatura possui papel fundamental para a composição cultural e imaginária. Sua produção cultural busca evidenciar e refletir a elaboração do pensamento em que estava incluída. Em todo momento da sua obra, a reflexão da nação é patente e pensada, assim como a questão da mulher. Sua obra *Úrsula* traz cinco personagens femininas que representam os papéis sociais atribuídos às mulheres na sociedade maranhense do século XIX, fadadas ao espaço privado, vistas como frágeis e que deveriam exercer seus papéis sociais pré-estabelecidos: filha, esposa, mãe, no caso da mulher branca; e o de escrava, no caso da mulher negra.

Basicamente, *Úrsula* é um romance que tem um final trágico, onde Fernando apaixonado por Úrsula, personagem principal do romance, que se casa com Tancredo morto por Fernando, seu tio, por ciúmes e por não aceitar a desfeita de Úrsula ao seu amor. Além de Úrsula, protagonista da obra, a trama conta a história de outras quatro mulheres. A mãe de Tancredo, que não possui nome na trama, uma mulher subserviente ao esposo que aparece como um tirano, configurando bem as relações matrimoniais características das famílias patriarcais da época. Luísa, mãe de Úrsula, que sofreu por causa de seu irmão, Fernando, que matou o seu esposo. Luísa aparece no romance como acometida por uma doença; a jovem Adelaide, o primeiro amor de Tancredo, mas que o traiu devido a sua ambição por dinheiro e, por fim; a Preta Susana, a escravizada, que foi trazida ao Brasil e que sofreu devido aos maus tratos dos seus escravizadores, mas que possuía um senso de justiça e trazia memórias felizes da liberdade em sua terra natal.

Úrsula ficou no esquecimento histórico por mais de cem anos. Fernanda Meira aponta que “a razão desse esquecimento com certeza se deve muito à condição de mulher negra e inconformada da autora” (MEIRA, 2021, p. 287). Uma mulher, negra e nordestina falando de abolicionismo no séc. XIX era algo transgressor demais, muito à frente do seu tempo. Ao trazer a visão da África, na perspectiva do/da negro/a, Maria Firmina se distingue de outros autores considerados teóricos do abolicionismo de sua época, a começar por Castro Alves, considerado um dos precursores da causa, o escritor baiano, via a África como um lugar de sofrimento, como “um destino de dor” e não como um lugar que remetia à liberdade (EVARISTO, 2021). Segundo Grada Kilomba (2019, p. 28), “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor 'validada/o' e 'legitimada/o, e ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada'”, isso aponta que a escrita de Maria Firmina se apresenta como uma tomada de posição frente às violências de gênero e raça legitimadas pelo colonialismo e pelo patriarcalismo característicos da época. Ideia reforçada por Conceição Evaristo ao tratar do seu conceito de *Escrevivências*:

[...] Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana [...] (EVARISTO, 2020, p. 30).

Em seu conto *Gupeva*, Maria Firmina Reis reflete sobre a questão do indígena e seu lugar na sociedade brasileira do século XIX. O romance foi publicado em três edições, a

primeira em 1861-1862, em São Luís, no periódico semanal *O Jardim das Maranhenses*, em 1863 no *Jornal Porto Livre*, e em 1865 no jornal *Eco da Juventude*, e é alusão literária ao Caramuru, de Santa Rita Durão, poema épico de 1781 que aborda a questão do “descobrimento” do Brasil. Nas duas últimas edições o conto apresentou modificações em seu formato original, embora não tenha sofrido alterações significativas no que tange ao conteúdo. O conto trata de várias temáticas, mas o ponto central é a questão do incesto. O personagem principal Gupeva é um indígena tupinambá que se apaixona por Épica, que teve uma relação com um português chamado Gastão e que revela a Gupeva que não era mais virgem, e que está grávida. Tomada por um sentimento de tristeza, Épica morre e deixa uma filha, que é criada por Gupeva que dá o mesmo nome da mãe a menina. No final da trama, Gupeva descobre que era meio-irmão de sua esposa Épica, e que a relação entre os dois era incestuosa e o amor dos dois não poderia ser consumado, pois era pecado para o cristianismo, questão de caráter moralista.

Maria Firmina dos Reis, ao trazer o indígena para o centro de sua narrativa, de certa forma, dialoga com autores e autoras que se debruçaram sobre a temática do indianismo no século XIX, a exemplo de Gonçalves Dias em seus poemas, José de Alencar nas obras *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1860) e Nísia Floresta, em *A Lágrima de um Caeté* (1849). Como esses autores e autoras, Firmina traz em sua obra descrições sobre uma natureza exuberante e se coloca nas reflexões sobre a questão do mito fundador, o mito de origem da sociedade brasileira ao mostrar esse contato inicial da mulher indígena com o homem branco e todos os seus desdobramentos, isso aponta que a escritora maranhense estava a par das discussões literárias em voga no Brasil, ela se insere na discussão e traz elementos na narrativa que apontam uma partilha das ideias românticas da época, porém, traz uma perspectiva crítica que não ignora os elementos constitutivos da sociedade brasileira.

Maria Firmina dos Reis, assim como Gonçalves Dias, abordou o indígena em sua literatura não como um artigo de ornamentação importado da Europa, mas como a própria substância da narrativa. Gupeva retrata a forma violenta de desapropriação cultural, social, de crenças e territorial, que o indígena sofreu no Brasil colonial, muito embora, esses elementos estivessem envoltos em uma estória de amor entre uma indígena e um português. Os conflitos da narrativa foram construídos sobre os elementos constituintes da realidade do processo de colonização: preconceito, diferença de classes, ganância, a violência sexual, mandonismo, luta pelo poder e expansão territorial (SILVA; GAI, 2018, p. 58).

Percebe-se que em suas obras, ao trazer reflexões sobre o indígena, o negro e a mulher, Maria Firmina pensa o Brasil fora desses ditames da época e de certo modo, se opunha e enfrentava a consolidada estrutura patriarcal e racista na qual se produzia literatura. Ante esse

quadro, mesmo de maneira não encorajada, a autora apresenta visões de mundo e formas de interpretação do cotidiano social brasileiro que, se é possível dizer assim, transgrediram, em certa medida, o modelo de pensamento estabelecido. A opinião sobre a necessidade dessa construção de nação é derivada do desligamento do Brasil de Portugal. A independência teria aberto caminho para a idealização de uma nação que agora poderia se governar, precisando construir em seu povo o sentimento de pertença advindo da identidade nacional, como também para diferenciação com outros países. Frente a esse projeto político, no caso de Maria Firmina, alinhado com a concepção francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, suas obras apresentam outros vieses interpretativos do Brasil e de fatores de relevância que abordaram o negro, a mulher e o indígena que aos poucos passam a estar presentes nas produções literárias e intelectuais oitocentistas.

Úrsula passa a circular numa época de outras importantes obras da Literatura Brasileira. Em 1846 tem-se a publicação de *Meditação e A escrava*, poemas de Gonçalves Dias que tratam do negro, em 1856 tem *O Comendador*, escrito por Pinheiro Guimarães, em 1859 tem-se as *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, de Luiz Gama, em 1869 temos *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, e em 1844, *A moreninha*, ambas de Joaquim Manuel de Macedo, entre outras obras que passam a compor a literatura nacional, essas três últimas consideradas como exemplos de obras literárias “abolicionistas”. As ideias abolicionistas se tornam presentes na sociedade brasileira, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. Intelectuais como José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, o primeiro a se auto inscrever como negro no Brasil, passam a engajar a luta pela libertação dos negros escravizados. (MEIRA, 2021). Maria Firmina também faz coro à luta, através da escrita, sobretudo nas obras *Úrsula* e *A Escrava*, ao se posicionar contra a escravidão e ao construir a imagem do escravizado a partir de outra ótica, do ponto de vista de uma mulher negra. A autora rompe com os discursos hegemônicos oficiais que ignoram os negros ou quando não, os infantilizam, brutalizam, sexualizam e animalizam. É importante ressaltar, que, a obra *Úrsula* foi bem recebida pela crítica maranhense da época, mesmo quando não tocavam na questão abolicionista.

OBRA NOVA – como título *Úrsula* publicou a sra. Maria Firmina dos Reis um romance rapidamente impresso que se acha à venda na tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela, muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da

novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou poder para o futuro dar-nos belos volumes. (*Jornal do Comércio*, 04 de agosto de 1860).

Na edição do folhetim *A verdadeira marmota*, publicado em 13 de maio de 1861 é possível perceber a forma como a obra é recepcionada na época. Vale frisar que o jornal fala que o livro foi festejado “pelos nossos homens de letras”, não fazendo nenhuma menção a figuras femininas.

O aparecimento do romance *Úrsula* na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito. Em verdade que é esse o livro que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intricado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula. Sua autora, d. Maria Firmina dos Reis, professora de literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve, e a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém. A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas. (*A verdadeira marmota*, 13 de maio de 1861).

Maria Firmina dos Reis não possui uma produção volumosa. Porém, os temas de suas obras tocavam questões que perpassam a sociedade de sua época. Como é o caso do “Hino para a libertação dos escravos”, escrito em 13 de maio de 1888.

Salve, Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade! Salve!
Salve o sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!
Quebrou -se enfim a cadeia da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmãos
(MORAES FILHO, 1975, p. 32)

Além de romances, a autora também escreveu contos, poemas e músicas. Em *Cantos à beira-mar*, publicado originalmente em 1871, Reis escreve cinquenta e seis poesias, todas dedicadas à memória da sua mãe:

Confissão
Embalde, te juro, quisera fugir-te,
Negar-te os extremos de ardente paixão: Embalde, quisera dizer-te: - não sinto
Prender-me à existência profunda afeição. Embalde! é loucura. Se penso um
momento,

Se juro ofendida meus ferros quebrar: Rebelde meu peito, mais ama querer-te, Meu peito mais ama de amor delirar.
(...)
Não digas, é crime - que amar-te não sei,
Que fria te nego meus doces extremos... Eu amo adorar-te melhor do que a vida,
melhor que a existência que tanto queremos. (...)
Sou louca... perdida, só sei te adorar.
(REIS, 2018, p. 231).

À vista disso, as contribuições do pensamento social de Maria Firmina dos Reis sobre as principais questões sociais brasileiras no século XIX demonstram como suas ideias a fazem uma intelectual precursora para a época, chegando aqui à reflexão sobre as causas do ocultamento do pensamento feminino no debate intelectual oitocentista a respeito do papel social da mulher e da pessoa negra na sociedade brasileira. A importância de se “pensar o pensamento” através das letras, ainda mais para além das determinações do tempo em que eram essas mesmas pessoas que compunham os fóruns de decisão política nacional, se faz importante por ser um espaço de atuação das mulheres em acesso ao mundo público (SAFFIOTI, 2013; TAMBARA, 1997), rompendo alguns limites que lhes eram impostos pelo sistema patriarcal ao quais estavam inegavelmente inseridas, mas nem tanto uma ruptura definitiva ou radical por muitas vezes disfarçadas em seus pseudônimos e subsumidas na hegemonia masculina no campo da produção cultural da época. A trajetória intelectual da autora permite perceber o engajamento social e político em suas produções, pois as ideias contidas contribuem para difusão do conhecimento em prol das mulheres, escravizados e indígenas e se apresentam como uma reação às sentenças que excluem a mulher e o negro do debate, como nos aponta Viotti (2010), a luta no Brasil pela emancipação e integração das mulheres de forma plena ficou a cargo das futuras gerações. Maria Firmina dos Reis foi uma pioneira e traça ao longo de sua vida “um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história” (PERROT, 2017, p. 224). Uma história que precisa ser revisitada e recontada para jamais ser esquecida.

3 ECOS DA LIBERDADE: VOZES FEMININAS EM ÚRSULA

E que por inúmeras vezes a havia libertado da prisão que pode ser o silêncio. (Itamar Vieira)

A presença das mulheres no romance *Úrsula* é marcante. As principais personagens são Úrsula, Mãe Susana, Luísa B e Adelaide. O romance é marcado pela narrativa em terceira pessoa e por sua linguagem poética. Maria Firmina dos Reis faz um encaixe de narrativas, uma técnica que se caracteriza pelo entrelaçamento de várias narrativas em uma única história, permitindo que as personagens falem em primeira pessoa, ponto bem singular da obra, pois essa técnica permitia que as mulheres e escravizados contassem a história a partir de seu ponto de vista, pois o discurso patriarcal do século XIX excluía esses grupos. Com isso, a autora maranhense tira esses grupos da condição de objetos e coloca-os na de sujeitos, ao trazer suas memórias e testemunhos para compor a obra. Desse modo:

Situando-a, todavia, no contexto de produção da narrativa folhetinesca, pode-se aquilatar o quanto a escritora se apropria da tecnologia de gênero constituída pelo romance de fácil degustação popular, a fim de utilizá-la como instrumento a favor da dignificação dos oprimidos- em especial a mulher e o escravo (CHAVES; MACÊDO *apud* DUARTE, 2006, p. 321).

O romance contém 22 partes, incluindo o prólogo e o epílogo. O enredo conta a história de uma personagem feminina que dá nome a obra, e que vive trágica história de amor com o jovem Tancredo. Um amor com ares shakespeariano que parece ter inspirações nas obras *Romeu e Julieta* e *Otelo*, essa última citada pela maranhense. No presente capítulo, serão analisadas as personagens Úrsula e Mãe Susana, mulheres que tem as suas vidas entrelaçadas: a primeira, jovem, branca, parte da elite senhorial da época e livre, e a segunda, velha, negra e escravizada, ambas vítimas do patriarcalismo da época.

3.1 Úrsula, uma personagem ultrarromântica

A protagonista é descrita sempre com tons angelicais, a pureza, a beleza, a bondade são características atribuídas a personagem Úrsula. No trecho abaixo tem-se a fala de Tancredo, seu par romântico, que a retrata com olhar de admiração.

A lua ia já alta na azulada abóbada, prateando o cume das árvores e a superfície da terra, e apesar disso Úrsula, a *mimosa* filha de Luíza B., a flor daquelas solidões, não adormecera um instante. É que agora esse *anjo de sublime doçura* repartia com seu hóspede os diurnos cuidados que dava a

sua mãe enferma; e assim duplicadas as suas ocupações sentia fugir-lhe nessa noite o sono (REIS, 2021, p. 39, grifo meu).

Em todo o romance, a personagem é descrita ressaltando sua beleza, sua bondade, sua imensa preocupação com sua mãe, Luísa B, que era paralítica e vivia extremamente doente. A jovem era órfã e por causa da perseguição do seu tio, o Comendador Fernando, assassino do seu pai, ela e sua mãe ficaram em condições financeiras difíceis. Em diversas passagens, a aparência física de Úrsula é exaltada, assim como características que ressaltam sua personalidade dócil e bondosa.

Bela como o primeiro raio de esperança, transpunha ela a essa hora mágica da noite o lumiar da porta, em cuja câmara debatia-se entre dores e violenta febre o pobre enfermo.

Era tão caridosa...tão bela... e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhes escaparam dos olhos, negros, formosos e melancólicos. Úrsula, com a timidez da corça vinha desempenhar à cabeceira desse leito de dores os cuidados que exigia o penoso estado do desconhecido (REIS, 2021, p. 40).

Úrsula era o nome de uma santa católica inglesa, que ficou famosa por sua beleza. Ela nasceu no ano 362, era nobre, filha dos reis da Cornúbia. Por causa de sua aparência exuberante, a jovem inglesa tinha vários pretendentes, porém, ela tinha se consagrado a Deus, através de um voto secreto. Sem saber disso, seu pai acabou aceitando a proposta de casamento feita pelo duque Conanus, um general de exército pagão, seu aliado. O fato de Úrsula ser cristã fez com que ela se entristecesse ao saber que o futuro marido era pagão. A jovem recusou de início, mas não pode desacatar a decisão do pai. Esperando que conseguisse fazer o pai mudar de ideia ou convencesse o futuro marido se converter, a jovem pediu mais tempo ao pai, o que acabou lhe concedendo mais tempo, porém nenhum dos seus desejos acabou se concretizando. Além disso, a então santa vira mártir, ao ser morta degolada ao viajar para núpcias, acompanhada do marido e de outras onze virgens e seus companheiros, que eram soldados. Todos estavam navegando pelo rio Reno e chegaram à Colônia, na Alemanha, ao chegarem se depararam com a tomada da cidade pelo exército do rei dos hunos, Átila. Todos foram mortos, a princípio só a jovem donzela escapou, porém foi degolada, pois ignorou as investidas do rei que encantado por sua beleza propôs-lhe casamento.

Sobre a influência religiosa no Romantismo, Antonio Candido comenta:

A religião foi um tema que ocupou um lugar de destaque na estética romântica. Embora os poetas da primeira fase tivessem sido os mais declaradamente religiosos, no sentido estrito de todos os românticos, com poucas exceções, manifestam um ou outro avatar do sentimento religioso, desde a devoção

caracterizada até um vago espiritualismo, quase panteísta (CANDIDO, 2000, p. 16).

A influência religiosa, sobretudo católica, perpassa toda a obra da escritora maranhense. A ideia de alma bondosa, de pecado e rendição vão se costurando em toda narrativa, o que indica que a autora conhecia a história da santa inglesa, citada acima. O fato de a beleza ser uma característica da santa é interessante, pois isso é um dos traços mais reforçados da personagem principal do romance. A jovem bela, cheia de pretendentes, que era comparada o tempo todo com uma santa, a quem se devia venerar.

-Oh! Senhor, por que sois, deixai-me voltar agora mesmo para ao pé de minha mãe! – E deu um passo; mas esse passo foi vagaroso e trêmulo, e o mancebo, eletrizado, encantado por sua *cândida* timidez, que revelava a mais *angelical pureza*, correu para ela com indefinível transporte obrigando-a a sentar-se, curvou sê-lhe aos pés, e mudo, e contemplativo, e enlevado no rubor que tingia as faces da donzela... (REIS, 2021, p. 61).

Além do aspecto religioso, temos presente no romance outras características do Romantismo, nessa corrente as mulheres exalavam perfeição física e espiritual, eram descritas de forma idealizadas em tom quase divinal. Segundo Algemira Mendes: “a personagem enquadra-se nos padrões românticos do século XIX, reduplicando os valores patriarcais, construindo um universo em que a donzela frágil e desvalida é disputada pelo bom moço e pelo vilão da história” (2016, p. 73).

[...] a narrativa do romance *Úrsula* propõe uma leitura que deve ser realizada nas entrelinhas, o leitor necessita desbravar os exageros românticos, para também conquistar o significado da obra, escondido por trás do amor romântico entre Tancredo e a personagem homônima: ao enfrentar e vencer os excessos de significantes, o leitor se aprazera com uma narrativa que interpreta e questiona o processo da opressão colonial estendido a seus herdeiros, e encontrará as mulheres e os negros emergindo como sujeitos dotados de humanidade, como protesto a coisificação imposta a eles pelos proprietários da terra, que lhes endureciam a identidade cultural e como consequência, a identidade literária (NASCIMENTO, 2009, p. 38).

A segunda geração romântica no Brasil corresponde ao período entre 1853 e 1869, conhecida como ultrarromântica ou byroniana. Nessa fase, os principais temas abordados são: morte, amor não correspondido, tédio, insatisfação, pessimismo. Há uma presença maior do sentimentalismo e uma abordagem forte da subjetividade. Segundo Alfredo Bosi, “o Romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas [...]”. (BOSI, 2006, p. 91). Nesse sentido, ao caracterizar suas personagens femininas, Maria Firmina dialoga com a realidade da época. Um dos principais temas é a questão de a mulher não poder escolher com quem se relacionaria. A sociedade patriarcal é marcada pela obediência à decisão do

homem, chefe de família. Porém, a personagem de Firmina, apesar de aparecer como a mulher pura que precisa de apoio e proteção, que espera um príncipe encantado, transgredir os valores da época quando não aceita se casar com o Comendador. Outro aspecto importante é que o jovem Tancredo pede a permissão de Úrsula para ter o seu amor, colocando a personagem no centro, rompendo com a ideia de mulher que se anula e se coloca apenas como submissa. Como aponta Nascimento, “a inovação existente no tratamento do tema consiste no desenho da mulher proposto pela imagem literária das personagens femininas que, mesmo submetidas à subalternidade, superam as imposições culturais” (2009, p. 75).

De acordo com Juliano Carrupt Nascimento:

As personagens femininas representam o olhar crítico da narradora acerca das condições em que vivia a mulher durante o século XIX, no Brasil. Observa-se que há a apreensão de vários aspectos da dimensão mulher/sociedade que são discutidos de maneira muito séria, [...] (NASCIMENTO, 2009, p. 63).

É interessante ressaltar que a figura de Úrsula é construída em contraponto a personagem Adelaide, primeiro amor de Tancredo, que a via da mesma forma que via Úrsula, como alguém pura, casta, doce, santa, bela, porém o jovem mancebo, aponta que aquela era uma ideia falsa, um delírio, e que o seu primeiro amor não passava de uma mulher fingida e enganosa.

- Mulher infame! – disse-lhe – Perjura...Onde estão os teus votos? É assim que retribuísse a estremecida paixão que te rendi? É com um requinte de vil e vergonhosa traição que compensas-te o ardente afeto da minha alma? Compreendeste ou sondaste já que o profundo abismo de ínfima execração, e de baixa degradação, em que te despenhaste? [...] - Não, não me hei de calar – redargui furioso -, não me pode esmagar o teu desdenhoso acento. Monstro, demônio, mulher fementida [...] (REIS, 2021, p. 105).

As personagens femininas de Maria Firmina são marcadas por ter sua subjetividade trabalhada. A autora dedica um capítulo a cada uma delas, todas trazem suas memórias, falas e pontos de vistas, o que aponta que há uma “inovação existente no tratamento do tema consiste no desenho da mulher proposto pela imagem literária das personagens femininas que, mesmo submetidas à subalternidade, superam as imposições culturais” (NASCIMENTO, 2009, p. 75). Além disso, “as personagens femininas presentes no romance *Úrsula* representam a resistência à submissão, e a voz da narradora formula a crítica aos mandos e desmandos de fazendeiros e comendadores representados, principalmente por Fernando P.” (op. cit), figura que condensa os valores da elite senhorial da época.

3.2 Mãe Susana, uma voz insubmissa.

Para construir a imagem das suas personagens negras como indivíduos compostos de história e, com isso, perpetrando na literatura a apresentação de um movimento de “transformação da certeza subjetiva que tenho do meu próprio valor em verdade objetiva universalmente válida” (FANON, 2020, p. 228), Maria Firmina dos Reis realiza um esforço duplo. Ao mesmo tempo em que destrincha aspectos constitutivos de aliados, ainda que estes inegavelmente beneficiados pela materialidade do *fato colonial*, ela desenvolve a trama recorrendo à construção de personagens brancas vinculadas ativamente com o exercício do poder patriarcal e colonial. Assim sendo, é possível separar o quadro de personagens brancas presentes no livro entre *colonizadores* e *colonialistas*, recorrendo à interpretação tipológica de Albert Memmi (2021) sobre a sociedade colonial de seu tempo. Nos casos identificados no romance, aqui analisado, a imbricação entre a realidade do patriarcado está associada com a concretude do colonialismo e sua consequente implicação de dominação racial, ao ponto da apresentação de Fernando – tio e algoz de Úrsula – incorrer em uma correlação lógica à vinculação entre violência de gênero e racial, tomando a forma com que se plasmam na caracterização da vida perversa da personagem e ganham estatuto diagnóstico.

Mãe Susana, Preta Susana ou Velha Susana, a depender de como era chamada, era uma personagem africana que vivia cuidando de Úrsula e de Luísa B. Em um capítulo dedicado a ela, tem-se a narração de suas memórias na África e de sua separação de seus familiares. Ela narra sua travessia dentro do navio negreiro e sua chegada a casa de Úrsula, após ser comprada pelo Comendador Fernando.

- [...] Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade. [...]
- Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. – Meu filho, tu és já livre?...
[...]
- [...] Liberdade! Liberdade...Ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura. – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração [...] (REIS, 2021, p. 134-135).

No seu relato, Mãe Susana fala da dor que foi ser arrancada da sua pátria, separar-se da sua filha e do seu esposo e de perder a liberdade. No trecho abaixo, percebe-se que Maria Firmina traz outra perspectiva através da fala da personagem ao romper com o estereótipo do negro mau e violento. Como aponta Conceição Evaristo, “o ‘ponto de vista’ da narrativa se

opõe ao que se propagava sobre os africanos como sendo ‘bárbaros’. Há uma invenção de olhar e julgamento. O colonizador avistava o sujeito africano e o considerava como “bárbaro” (2021, p. 282). Na perspectiva de Mãe Susana, bárbaros são os que escravizam, o colonizador, o homem branco. Em suas palavras: [...] E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada [...] tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...] (REIS, 2021, p. 135). Para Fernanda Miranda, “a autora propõe uma inversão da concepção hegemônica de civilização e nega a ordem social escravocrata ao apontar que os bárbaros eram brancos” (2021, p. 292). Essa ideia está em consonância com o pensamento de Aimé Césaire, em *Discurso do Colonialismo*, que aponta que no processo de colonização de tanto tratar o colonizado como besta, é o colonizador quem se torna besta, mostrando que esse ato o desumaniza (CÉSAIRE, 2016).

Um conceito importante para entender a experiência de Mãe Susana é o de *dororidade*, de Vilma Piedade. A autora traz esse novo conceito para propor um feminismo que engloba a luta anticolonialista e antirracista. Ao falar que a sororidade parece que não dá conta da nossa pretitude, a autora faz uma crítica pontual ao feminismo branco e liberal. Trazer o conceito de dororidade e mostrar como a dor, a violência e os silenciamentos marcam a subjetividade da mulher negra é uma contribuição para o pensamento feminista, na medida em que aponta como um movimento que se propõe como progressista pode se tornar sectário ao desconsiderar questões de classe e raça. Indicar que a dor para a mulher negra também é uma questão coletiva é de suma importância para a superação de um feminismo que a exclui e desconsidera. Por isso, uma mulher negra amada e feliz incomoda sim essa sociedade que a ultraja. Pois, as estatísticas apontam como a mulher negra ocupa desde a colonização a base desse sistema de exploração. Apesar de afirmar que sororidade (palavra derivada do termo em latim “sórór”, que significa irmã) e dororidade não se anulam, Vilma mostra que não há como se falar de feminismo de fato se desconsiderarmos a questão racial e de classe, pois como falar em solidariedade entre as mulheres se ignoramos suas dores experienciadas em sociedade? Desse modo, a autora mostra como a interseccionalidade é importante para pensar lutas por emancipação.

A dor vivenciada pela mulher negra não é apenas subjetiva, é também coletiva, em consequência do colonialismo, da escravidão e das estratégias de extermínio da população negra. O racismo é o motor principal dessa constante produção de dor na população feminina negra. São as mulheres negras que ocupam em sua maioria os postos de trabalho doméstico, são as que mais morrem vítimas de feminicídio, são, dentre as mulheres, as que mais ocupam o sistema carcerário do país, as que tiveram menos acesso aos estudos, o maior número das vítimas de violência obstétrica, são as que mais lidam com a morte e o encarceramento dos

filhos, irmãos ou parentes, entre outras tantas dores. Aqui, não se trata de mensurar dor, mas sim de apontar que a dor não é vivenciada da mesma forma pelos sujeitos de classe social e raça diferentes. Por isso, A subjetividade da mulher negra é desconsiderada em nossa sociedade. A mulher negra sempre é vista como aquela que é forte, que “aguenta dor”, que é a guerreira, como se não fosse gente, pessoa, fosse apenas corpo-objeto. A sociedade capitalista e racista brutaliza a mulher negra e despersonifica. Como aponta bell hooks:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo, sem mente'. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era uma exemplificação prática da ideia de que as 'mulheres desregradas' deveriam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a encarnação perfeita de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 469).

Fernanda Figueiredo (2009) aponta que essa dimensão da dor é presente na escrita de autores negras, a pesquisadora aponta que há uma “dialética da violência” que perpassa as produções negras:

A escrita de autoras negras tem uma trama própria; como uma de suas faces apresenta o que chamo de ‘dialética da violência’, podendo ser, assim, engajada com a situação histórico-social da mulher negra no Brasil. Compreendo “dialética da violência” como este movimento de dissecar a história nas palavras, cenas, contextos e personagens demonstrando a dor e as marcas das arbitrariedades sofridas, seja por uma memória individual contemporânea, seja pela memória coletiva ligada ao passado de um determinado grupo social (FIGUEIREDO, 2009, p. 44).

Achille Mbembe (2018) mostra como a vida da pessoa não branca é marcada por essa experiência de viver na dor, o cotidiano violento, de terror, de medo, é permanente desde a colonização, é, em suas palavras, uma vida em espasmos, uma experiência antes de tudo dolorosa. Falar de mulher negra é falar de dor, mas também de silenciamentos, de solidão, de preterimento, de abandono e de objetificação. Um pensamento feminista que desconsidere isso desliza em sua pretensão emancipatória.

Maria Firmina, torna-se transgressora ao trazer uma mulher negra falando de suas dores e suas memórias em um romance. A autora é a primeira ao escrever uma obra com pessoas falando em primeira pessoa, relatando experiências da travessia atlântica no navio negreiro, e discutindo temas que não eram tratados pelos autores que compõem o panteão da época. Ela rompe com o silêncio das personagens femininas, principalmente negras.

O silêncio das mulheres corresponde, acima de tudo, à ausência da voz feminina das estruturas de poder e dos discursos da cultura hegemônica. A voz das mulheres está muitas vezes ausente dos mais prestigiados registros linguísticos – como o cerimonial religioso, a retórica política, o discurso legal ou científico, a poesia –, sendo a sua voz silenciada quer por tabus ou restrições sociais, quer pelo costume e pela prática (CAMERON, 2002, s/p).

Mãe Susana, fala de recordação dolorosa, de liberdade, de África, de saudade. A personagem tem sua subjetividade abordada no romance de forma nunca antes abordada. Ela critica o fato de os escravizados não serem tratados como gente, mas sim como *mercadorias humanas*. Além disso, ao tratar da liberdade ela rompe com uma visão individualista do tema, pois considera que não seja possível ser livre em um lugar onde existem milhares de outras pessoas escravizadas, para ela liberdade só era possível na África, perto dos seus, na sua *Pasárgada* (EVARISTO, 2021). Ao trazer essas memórias, Firmina rompe com silêncio que se pode ser comparado a máscara de flandres, tipo de mordaça feita de aço que só era retirada para os escravizados se alimentarem. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, p. 15) e é com isso que Maria Firmina dos Reis rompe de maneira perspicaz, inteligente, estética e muito estratégica.

4 A AUTO ELABORAÇÃO DO COLONIZADO: HISTÓRIA E LIBERDADE

“[...] o que caracterizava as relações entre o senhor e seus escravos era acima de tudo o monopólio que o senhor pretendia ter sobre o futuro.”

(MBEMBE, 2018, p. 267).

A constatação das características românticas na obra de Maria Firmina dos Reis pode ser observada já no começo de seu texto. É patente a importância que a caracterização da riqueza natural da terra no destaque da diversidade da fauna, no qual as plantas se apresentam no campo da primeira aparição do jovem Túlio, assim como na continuidade de sua descrição dos cenários, a fim de caracterizar a natureza como fator determinante da experiência de suas personagens. Ao mesmo tempo, outro aspecto de destaque é a caracterização das mulheres, marca de distinção do Romantismo em relação a outras correntes estéticas. As primeiras menções a elas são caracterizações como seres belos e gentis, aspectos confirmados quando de suas aparições efetivas na trama. Há um caso diferente, a personagem Adelaide tem sua primeira menção em meio ao delírio de Tancredo, resgatado por Túlio e cuidado por Úrsula. Contudo, mesmo que as referências a ela sejam marcadas pela voracidade e transitoriedade de um pensamento afogado em sua própria febre, Adelaide ainda é tida em uma posição de superioridade e causa de grande tormento emocional, com revelação súbita desse drama durante o delírio de Tancredo.

— Adelaide! – prosseguiu ele após longa pausa – Adelaide!... Este nome queima-me os beijos; enlouqueço quando penso nela.

— Adelaide!... – repetiu consigo mesma a filha de Luísa B. – Oh! Quem serás?!... O que é a natureza humana!

O que é o coração da mulher! A Úrsula, pobre flor do deserto, que importava um nome proferido em delírio?

Essa mulher, essa Adelaide, parecia-lhe que muito interessava ao mancebo, que ainda agora lhe vivia no coração malgrado as palavras amargas, ou entranhadas de desesperação, que lhe caíam dos lábios ao lembrar-se dela. Essa mulher figurava-se-lhe bela como um anjo, sedutora como uma fada, maligna como um demônio, e, entretanto, amada, muito amada; e o seu nome lhe queimava o coração, como se lá estivesse escrito com letras de fogo (REIS, 2018, p. 25).

A importância do destaque desses elementos na escrita de Maria Firmina dos Reis baseia-se na constatação de que (1) a sua obra estava diretamente vinculada com o movimento de ideias e estilos de pensamento de seu tempo assim como (2) toma os recursos da produção literária a fim de tencionar os limites estético-políticos da produção engajada de então. Afinal,

a literatura brasileira do século XIX, com especial destaque ao Romantismo em todas as suas fases, é marcado por uma elaboração artística necessariamente atrelada com os desenvolvimentos político-intelectuais. É no rompimento com as escolas artísticas de influência direta da cena portuguesa que o Romantismo se firma em solo nacional, marcado, por sua vez, pelas tendências francesas e alemãs dessa mesma escola (RICUPERO, 2004). Talvez seja possível afirmar que o assentamento dessa corrente tenha sua principal força na necessidade histórica da intelectualidade local em responder a fatores insatisfatoriamente caracterizados pelos esforços que o antecipam, especialmente naquilo que diz respeito às definições de povo, nação, passado etc.

Como indicado por Bosi (1981), elementos de definição da experiência de uma comunidade política nacional já são encontrados nas mais variadas correntes da literatura internacional, mas o caso do Romantismo estabelece um novo modo de incorporação. Nesse sentido, a própria abordagem do Romantismo demanda da crítica literária essa consideração.

O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quanto postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas (BOSI, 1981, p. 99, grifo original).

Nesse cenário, a relação com os termos da nacionalidade – indo de sua caracterização, passando pela elaboração de seu conteúdo fundamental, até mesmo chegando em algum esforço explicativo dessa “natureza social” – compõem a própria forma romântica. Desse modo, e tendo em mente a discussão apresentada sobre o campo intelectual e literário do século XIX, Maria Firmina dos Reis mais uma vez justifica como relevante à análise do pensamento social brasileiro exatamente pela sua capacidade de contribuir com o Romantismo brasileiro, ao mesmo tempo em que, avança sobre a tematização comum do período. Em seu tempo, o Romantismo ainda orbitava em torno da instrumentalização de uma tipificação do indígena como o tipo nacional, o que resulta em uma sistemática exclusão das pessoas negras do universo. A centralidade do debate sobre a composição do povo brasileiro, embasado em um esforço de construção de um passado idílico tão concreto quanto as imagens mentais dos leitores dessas obras, permite compreender a conexão entre a literatura e a construção nacional, ao ponto de tomar o indianismo como “para-ideologia dentro do nacionalismo” (BOSI, 1981, p. 108) e exatamente pela relação constituinte dos sentidos de realidade com a natureza. Assim, além de uma composição estrutural romântica que dá condições de incorporação do tipo idílico indígena, também faz a mediação com a própria autenticidade do tipo branco, tanto masculino quanto

feminino. Esse aspecto é tão definitivo que a elaboração do amor, em geral, está sempre avalizada ao se recorrer à conexão direta entre natureza e divindade e que, aparecendo como fiador de homens e mulheres brancos, legitima os seus termos. Não à toa, quando Tancredo e Úrsula verbalizam os sentimentos entre si, a jovem evidencia o testemunho de suas declarações “na solidão silenciosa e grave desta mata, onde só Deus nos ouve, onde só a natureza nos contempla” (REIS, 2018, p. 39).

A elaboração de *Úrsula*, portanto, desponta como uma literatura de vanguarda em meio ao cenário no qual emerge, servindo, inclusive, como índice de uma sensibilidade da autora que incorpora em sua obra a perspectiva ativa de suas personagens negras, especialmente a crítica aos limites das noções de liberdade geralmente disseminadas no pensamento liberal-escravista (MOURA, 2019) e mesmo abolicionista. É na retificação da liberdade negra proposta por Susana, ao elaborar o passado em terras africanas, que a personagem se antepõe como crítica dos limites políticos e ideológicos da abolição, propondo, por sua vez, que os limites reais da sociabilidade brasileira são fundados na escravidão e sujeição. Essas condições concretas apresentadas balizam uma elaboração consequente e de cunho filosófico fundamental: a impossibilidade de efetivação da liberdade real, especialmente em seu formato de alforria conquistada ou concedida, exatamente por essa condição se desenrolar em um meio social erigido sobre a hierarquização étnico-racial. Em termos endógenos à obra e à estrutura do romance (MIRANDA, 2017), essa construção é possível pela posição que a personagem Susana no todo dessa ordem social ali representada, servindo assim de condição para que a sua rememoração de um passado anterior ao sequestro e escravização balizem uma tomada da elaboração das pessoas negras como sujeitas ativas, capazes de articular os termos de sua própria condição a partir das determinantes de sua experiência.

[...] a literatura dessa época por vezes aborda o escravo no seu sofrimento ou na sua lealdade, humildade muitas vezes, outras vezes querendo a sua liberdade. Os demais segmentos em que se divide a classe escrava são também abordados; a mãe preta, a mucama doméstica e até relações incestuosas entre filha de escrava com o sinhozinho, filhos do mesmo pai. O que nessa literatura está ausente é o negro como ser, como homem igual ao branco, disputando no seu espaço a sua afirmação como herói romântico (MOURA, 2019, p. 53, grifo original).

Diante da crítica de Clóvis Moura é possível, depois de apresentar a conexão entre literatura, história social e política, compreender que “essa literatura era representativa de um sistema social, o escravismo, e somente a partir da compreensão desse fato poderemos analisar em profundidade o seu conteúdo e a sua função” (MOURA, 2019, p. 53) e, como desdobramento consequente dessa interpretação acrescida das observações em torno da

presença de inúmeros autores nas esferas administrativas e políticas do Brasil Imperial, partir de uma crítica que explique que “essa literatura orgânica, que funcionou como superestrutura ideológica do sistema, é a argamassa cultural de manutenção que atravessa o período do escravismo e penetra na sociedade de capitalismo dependente que persiste até hoje” (MOURA, 2019, p. 54). Desse modo, a análise dos elementos singulares da obra de Maria Firmina dos Reis permite contrapor, dentro do próprio cenário artístico-intelectual da época, os limites críticos do pensamento social e político brasileiro, com destaque ao que se consolida como hegemônico. Ao mesmo tempo, é possível conceber as condições concretas de exclusão da autora do cânone e sua tardia recuperação, afinal, enquanto sujeita (mulher e negra), há em sua obra indicações que avançam além de um substrato comum da crítica literária abolicionista do século XIX no Brasil.

Ainda que haja uma limitação na elaboração das personagens, vista a presença patente da crítica moral de base cristã ao sistema colonial e patriarcal, mesmo que essa crítica seja avançada em relação ao cenário geral, ao mesmo tempo *Úrsula* contém aspectos progressistas, de maneira geral, em comparação à literatura romântica com destaque para a sua fase indigenista para quem “[...] os povos exterminados pelos europeus poderiam fornecer inspiração, sob a forma de fábulas misteriosas e poéticas” (RICUPERO, 2004, p. 87), eclipsando o contingente de pessoas negras e negligenciando a possibilidade de participação ativa do contingente negro da população brasileira com o agente político autodeterminado.

Partindo da compreensão que os elementos estéticos da linhagem romântica de meados do século XIX são determinantes da obra de Maria Firmina, especialmente *Úrsula*, importa avançar a discussão no sentido de apresentar as táticas da autora em, por meio da incorporação orgânica desses modelos, avançar na construção política e filosófica de personagens negras. Dois aspectos se destacam de imediato, visto que, em geral, um baliza o outro para o alcance do resultado final da obra e aqui tomado como aspecto central da análise, quais sejam: (1) a elaboração dos termos de um sentido de humanidade a partir de características presentes na constituição de suas personagens negras e (2) a fundamentação da crítica política à liberdade liberal orientada à alforria a partir da historicidade do sujeito negro. Antes de desenvolver a análise acerca desses dois pontos é necessário avançar ainda sobre os aspectos mais gerais de *Úrsula*, especialmente na apresentação de elementos da obra que evidenciam o alinhamento estético da autora e, ao mesmo tempo, fundamentam as bases sobre as quais a *crítica social possível* de Maria Firmina dos Reis se desenrola.

4.1 Retratos de mulheres, retratos de senhores

Como já indicado, as representações femininas em *Úrsula* são de imensa importância para compreender a relevância estética e política da obra, assim como do pensamento da própria Maria Firmina dos Reis. O modo de apresentação das mulheres é marcado pelo traço romântico e isso se repete ao longo de sua escrita, especialmente, quando a narrativa está encenando as lembranças apaixonadas ou magoadas de Tancredo. É especialmente em suas elaborações que aparecem três das quatro figuras que servem de análise nesse ponto. Além do já debatido sobre a comparação fundamental entre Úrsula e Susana, há, ao longo do livro, um esforço em apresentar as mulheres em contextos de explícita ingerência patriarcal em suas vidas, sendo este o foco deste ponto da discussão.

Para além da sacralidade virginal de Úrsula e da vileza traiçoeira e oportunista de Adelaide, as figuras da mãe de Tancredo, e de Luísa B., mãe de Úrsula, aparecem como personagens fundamentais para o entendimento do papel central que o poder patriarcal tem na dinâmica da trama. Esse ponto se destaca como fundamental exatamente pela composição da obra conseguir recuperar, apesar e graças aos vícios românticos, a proporção da determinação que o patriarcado – tratado a todo momento na obra como pilar de manifestação da natureza da ordem social na qual a trama se desenrola – tem sobre a vida das personagens. De antemão importa destacar que se toma aqui a concepção de que “a sociedade brasileira, sob o estatuto colonial, foi profundamente marcada pelos valores da cultura patriarcal rural, demarcando diferentes papéis sociais, políticos e econômicos entre os sexos” (BARBOSA, 2020, p. 51).

A partir da materialidade da experiência brasileira em meados do século XIX é que Maria Firmina dos Reis parte com os termos básicos do substrato sobre o qual o seu enredo é desenvolvido. Em outras palavras, a riqueza com que a autora consegue articular os termos da ficção romântica enriquecem e complexificam não apenas o quadro social ali contido, ou mesmo a lógica interna da obra em geral, mas impõe-se sobre toda análise e crítica literária posterior de sua obra. Defende-se, portanto, que um dos pontos fundamentais de *Úrsula* está na forma com que o patriarcado é representado como presença explícita. Esse destaque justifica-se pela unidade concreta entre ordem colonial e ordem patriarcal, manifestas univocamente ao longo da história nacional e prontamente mobilizada no texto de Maria Firmina dos Reis.

Logo no início do romance, quando do processo de envolvimento entre Úrsula e Tancredo, exatamente quando este se esforça para apresentar os fatos que moldam a sua presente condição emocional, é o momento em que recupera parte de sua história e destaca o papel da sua mãe no conjunto de eventos que firmam o seu estado emocional. Na trama, após

o seu delírio febril e no qual menciona Adelaide, Úrsula inicia um processo de encantamento para com seu hóspede e paciente. A partir desse momento de evidência da importância de Adelaide para o estado emocional do jovem enfermo, a protagonista entra numa espiral de aflição em que questiona os seus sentimentos por diversos motivos, entre eles o de que o coração de seu amado esteja ocupado por outra e isso impossibilite todo o desenvolvimento de uma paixão. Ali, deitado na cama, Tancredo esboça os primeiros movimentos de correspondência ao drama interno de Úrsula, mas este detém a capacidade de resolver esse conflito emotivo e o faz expondo sua condição. Nesse momento de explanação de seu drama precedente à temporalidade narrativa do romance é que emergem novas figuras de fundamental importância para a questão aqui discutida.

O pai e a mãe de Tancredo surgem no papel de figuras de um passado recente e tão contemporâneas quanto as personagens principais da obra, possibilitando uma conexão quase imediata entre esses dois períodos. Um dos primeiros elementos que caracterizam as relações intrafamiliares do jovem é a sua incapacidade de estabelecer vínculo emocional genuinamente amoroso com seu pai, ao contrário do que evidencia no trato com a mãe. A caracterização dessa figura masculina como grosseira, intransigente e violenta – tomando aqui a interpretação de uma evidente *violência simbólica* (BOURDIEU, 1989) – fundamenta todo o desenrolar das escolhas e dos conflitos familiares retratados no drama pessoal de Tancredo. Sua mãe, antes de tudo, é caracterizada pela sua submissão ao mando masculino, ainda que tente, por meio de subterfúgios e táticas silenciosas, modificar algumas das decisões autárquicas de seu marido.

O esforço do jovem em apresentar os motivos de sua angústia e sofrimento emocional se dá pela necessidade surgida do aparecimento de Adelaide nas falas delirantes dele, o que impulsionou Úrsula a resistir aos sentimentos que ela identifica terem como alvo o jovem. Desse modo, o processo de contar sua própria história serve para apresentar exatamente as condições concretas que o levaram àquele estado de coisas. De maneira reiterativa, Tancredo aponta como a vontade e o arbítrio do pai, conjugados com a vileza da jovem interesseira Adelaide, levam à corrupção de seus sentimentos, convertendo-os em um emaranhado de ressentimento e amargura, ao mesmo tempo em que levam sua própria mãe a um sofrimento tão profundamente existencial que pavimentam o caminho de sua morte.

— Úrsula! Agora todo esse amor, ou inda amor mais sublime, mais digno de vós nutre o meu coração; agora poderei ter forças para contar-vos a história da minha vida.

E depois de breve pausa, prosseguiu, suspirando:

— Quisera que o meu passado fugisse como a sombra de uma ave inquieta, ou como a nuvem que o vendaval desfaz, para nunca mais invocá-lo; porque é triste e pungente, mas é preciso pedir-lhe recordações, que me rasgão de

novo feridas mal cicatrizadas, para patentear-vos todas as minhas longas e profundas dores.

Rogo-vos, pois, que não tomeis a minha narração, quando tenha de ser apaixonada, como desejo do passado e saudades dele. Podeis amar-me sem receio de que ele perturbe o nosso mútuo afeto. Ressentimento, ódio, maldição, tudo, tudo hei sacrificado ao vosso amor (REIS, 2018, p. 40-41).

Nesse ponto é que se pode compreender os termos de correlação entre a representação do pai e da mãe como opostos que se completam, destacando a todo momento o poder de mando, a autoridade intrínseca da figura paterna sobre todas as instâncias da vida da família, ao mesmo tempo em que a mãe seria esse ponto de calma e docilidade submetida à essa autoridade material e simbólica, determinando não apenas a dinâmica da vida, mas também a própria constituição subjetiva dessas personagens.

Não sei por quê; mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio, e resignava-se com sublime brandura.

Meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso – minha mãe era uma santa e humilde mulher.

Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvoroçava-se nessas ocasiões apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe.

É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos que a minavam, tocavam o fundo da minha alma.

E meu pai ressentia-se da afeição que tributava a esse ente de candura e bondade; mas foram as suas carícias, os seus meigos conselhos, que soaram a meus ouvidos, que me entretiveram nos primeiros anos; ao passo que o gênio rude de meu pai me amedrontava.

O desprazer de ver preferida a si a mulher que odiava, fez com que meu implacável pai me apartasse dela seis longos anos, não me permitindo uma só visita ao ninho paterno; e minha mãe finava-se de saudades; mas sofria a minha ausência, porque era a vontade de seu esposo. Mas eu voltava agora para o seu amor, e seus dias vinham a ser belos e cheios de doce esperança (REIS, 2018, p. 42-43).

De acordo com o enredo, os desenvolvimentos das disputas intrafamiliares de Tancredo desembocam na relação entre o pai e Adelaide, o que causa um sofrimento adicional à mãe dele em conjunto com o afastamento novamente imposto pelo pai. Num acordo de desterro por um ano, imposto pelo patriarca como condição para que o envolvimento entre seu filho e a jovem adotada pela família possa ser avalizado *por ele*, em conjunto desenrolam-se as condições de um sofrimento da mãe que é afastada de seu filho mais uma vez e, agora, perde até sua posição de mulher do homem proprietário. A autora faz questão de indicar que todo esse período o qual Tancredo fica afastado é um estratagema do pai a fim de corromper a jovem e, ao mesmo tempo,

impor à sua esposa um sofrimento mediado por desprezo e constante inferiorização em relação àquela que agora a substituiria. Ou seja, no esforço de representação da obra, a figura masculina, proprietária – visto que a capacidade material de manter o jovem em outra terra sem este, por sua vez, ter a necessidade de sustentar a si mesmo – e egoisticamente paternal, é responsável pelo degredo de um filho apaixonado, a conversão perniciosa de uma jovem supostamente apaixonada e o definhamento e sofrimento de uma mulher mais velha que viveu à sua sombra e sob seu onipresente arbítrio. Todo o quadro apresenta que apenas esse pai, esse homem branco e proprietário, pode determinar a vida daquelas e daqueles ao seu redor, detendo a possibilidade de ingerência que reduz aos outros (jovens e mulheres) à submissão, ou à resignada resistência que se manifesta em duas formas: (1) a mãe que se submete e sucumbe, ao fim, à vontade do pai, o que redundará em sua morte, e (2) o afastamento do filho, que após constatar o aviltamento de sua mãe por parte do novo casal, assim como de todo o esquema de afastá-lo para concretização do interesse do pai pela jovem Adelaide, prefere romper laços com o pai depois da morte de sua mãe – não sem antes indicar como esse homem foi responsável pelo fato.

O outro caso a ser discutido, ainda que mais brevemente, é o de Luísa B. Esta senhora posteriormente acometida de uma doença que a impossibilita de andar, casou-se antes com um homem pobre e por isso foi penalizada pelo seu irmão e tutor econômico. As indicações apresentadas pela personagem, que elabora por si mesma as causalidades de sua condição, demonstram que o comendador Fernando seria responsável desde antes pelas implicações mais fundamentais de seus problemas. Entretanto, ao discorrer sobre seus processos, a personagem apresenta sua relação com esse homem e pai de sua filha, com quem ela se casa e definitivamente implica na rejeição e revanchismo por parte de seu irmão, dando condições a um relato que fizesse perceber que mesmo esse homem pobre mantém com ela uma relação de subjugação e domínio. Evidentemente que a proporção de determinação da vontade deste homem não é a mesma que a do comendador, visto que após o assassinato de seu marido, a mulher é condenada à uma vida não muito diferente da que já se encontrava, exceto pela alteração de seu quadro de saúde. A pobreza latente e a solidão apenas abrandada pela presença de Túlio e Susana são marcantes desse quadro no qual estão Úrsula e Luísa desde começo do romance.

O comendador Fernando é retratado como esse homem vil, ainda mais perverso do que o equivalente masculino da história pregressa de Tancredo. Há no tio de Úrsula um elemento mais profundo, um explícito deleite com o sofrimento daqueles e daquelas que vivem sob sua autoridade e poder. Toda essa perversão *caracteriza* a própria personalidade da personagem, o que possibilita trazer à tona o imbricamento entre o poder patriarcal e colonial; a vinculação

experencial entre a dominação masculina e a dominação racial no Brasil do século XIX. Diferente do caso do pai de Tancredo, no qual a presença de pessoas negras é apenas suposta, afinal a família é de pessoas brancas e de posses, o caso de Fernando deixa explícito o seu papel ativo na reprodução de práticas de violência física a pessoas negras escravizadas, ao mesmo tempo em que se impõem às pessoas brancas por intermédio de seu poder político e econômico – a relação deste com o padre e o feitor é emblemático deste caso.

Fernando combatia há dezoito anos o poder desse amor fraterno, e seu orgulho conseguiu, por algum tempo, o que o coração repugnava, o que a razão e a inteligência condenavam, e o que ele sentia dolorosamente; porque só nesse afeto lhe estava a ventura de toda a sua vida.

E para vencer-se, obstinadamente evitava a vista de sua irmã, a que não poderia resistir, para bem saciar a sua vingança, para bem flagelar-se, flagelando-a na sua desgraça.

Fernando tinha vivido solitário, e desesperado com essa luta terrível do coração com o orgulho: e esses desgostos íntimos, que ele próprio forjava, o tinham embrutecido, e tanto lhe afearam a moral, que era odiado, e temido de quantos o praticavam ou conheciam de nome.

Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera – um celerado.

Nunca mais cansou de duplicar rigores às pobres criaturas, que eram seus escravos! Apraziam-lhe os sofrimentos destes; porque ele também sofria.

Eis aí pois a alma implacável na maldade do irmão de Luísa (REIS, 2018, p. 85-86).

As duas mulheres vinculadas aos senhores de terras, aos patriarcas propriamente ditos, uma por matrimônio e outra por vínculo consanguíneo, são vitimadas pelo capricho e arbítrio desses homens brancos e proprietários. Em ambos os casos, a vontade de esposar moças jovens implica em um comportamento que leva no primeiro caso – a mãe de Tancredo – a um sofrimento prolongado que inclui desprezo de seu marido e afastamento do filho, e no segundo – a mãe de Úrsula – à uma piora súbita do quadro de saúde que acaba por acelerar o seu definhamiento. A própria autora deixa por escrito, como uma elaboração da personagem, a centralidade que a ingerência mesquinha de seu irmão tem sobre o seu quadro, nas palavras da própria Luísa: “Meu irmão veio abreviar os instantes, que ainda me restavam para te amar, e proteger-te contra os seus caprichos!” (REIS, 2018, p. 90). De modo que essa intervenção comum aos homens brancos e proprietários é criticada a partir de uma mediação com a religião, indicando para além da perversidade, uma degeneração moral desses indivíduos, uma corrupção que pode alcançar outras – como no caso de Adelaide. Não à toa, os termos cristãos e seculares são mobilizados em vários momentos, como no caso do resumo emocional da figura do comendador: “Era Otelo no seu ciúme, Satanás expulso do céu e ferido no orgulho” (REIS,

2018, p. 119). Contudo, numa contradição que permeia o texto, essa crítica moral da dominação patriarcal serve de substrato para a incorporação das personagens negras em um universo referencial de humanidade, implicando na capacidade delas mesmas deterem elementos pertinentes ao questionamento do sustento material e político do patriarcalismo da época.

4.2 Um passo antes, um passo além: história e liberdade

Ainda mais que a figura de Túlio, a personagem Susana desponta como um elemento da narrativa de *Úrsula* que serve de esteio à crítica da autora à noção de liberdade em terras brasileiras. Ao mesmo tempo em que indica propositadamente os termos de uma noção de liberdade atrelada à boa vontade de um senhor proprietário – Tancredo e sua bondade ao retribuir Túlio com o dinheiro necessário à sua alforria –, ela consegue recuperar noções de uma experiência não marcada pela exploração e dominação colonial. Nesse sentido, o que salta aos olhos é que mesmo com a limitação moralista da crítica cristã ao regime escravista e patriarcal, os termos da libertação são postos partindo de um referencial fundamentado sobre uma outra estrutura de organização social, impondo a necessária e presente comparação sobre o entendimento das duas principais figuras negras do romance.

— Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos.

— Meu filho, tu és já livre?... — Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – E para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria.

Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos.

Túlio olhou-a com interesse; começava a compreender-lhe os pensamentos.

— Não se aflija – disse. — Para que essas lágrimas? Ah! Perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste!

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

— Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha

suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 72-73).

O diálogo apresentado na única seção da obra em que Susana tem participação marcante – ao menos até o seu retorno ao final da trama unicamente para ter um desfecho infeliz pelas mãos do comendador em nome da defesa de sua idoneidade e inocência na fuga de Úrsula, sendo apresentada como um corpo sacrificável – é de fundamental importância exatamente por resumir os elementos articulados pela autora para caracterizar a vida no Brasil independente como uma realidade incapaz de possibilitar a liberdade concreta. Como deve ser sabido, esse diálogo entre Túlio e Susana surge quando do momento em que Túlio pretende unir-se a Tancredo em sua empreitada para longe a fim de resolver pendências – provavelmente com aquele pai deixado para trás – e poder retornar para casar-se com Úrsula, libertando-a do futuro incerto ou da subjugação por parte do comendador Fernando.

O progresso desse trecho da obra gira em torno da apresentação da experiência de Susana, desde seu sequestro até sua chegada em terras brasileiras, já como uma cativa. Nesse caminho ela destaca algumas vezes os elementos de sua condição prévia à escravização, demarcando expressamente aspectos concretos dessa liberdade pregressa: “Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!...” (REIS, 2018, p. 73). O que emerge denotando a devida importância à construção dessa concepção de Firmina, mediada pela fala da personagem, é exatamente aquilo que tem de material nessa noção de liberdade, ou seja: *é posto em destaque os termos de um conjunto de relações sociais fundamentando uma outra ordem social, outro modo de vida, uma realidade na qual a reprodução da vida tem por parâmetro outro modelo familiar e de propriedade, uma ordem sem escravidão e subjugação de corpos negros, uma África livre em contraponto à colônia que se impõe sobre um Brasil colonizado*. A constatação mais desenvolvida, ainda que rapidamente, ocorre nesse mesmo momento da obra, exatamente quando a narradora destaca o estatuto de propriedade, de “*mercadoria humana*” (REIS, 2018, p. 74), atribuído às pessoas negras levadas de suas terras e amontoadas nos navios.

A personagem Susana traz a reflexão entre gênero e raça em um sistema de dominação e exploração a partir dos retratos dos senhores contrapostos aos retratos das mulheres, a sua crítica à liberdade alforriada de Túlio se baseia em uma indicação de que a ordem social como um todo tem seus fundamentos em fatores que impedem uma liberdade substantiva, ainda que

formalizada. Aqui defende-se que o estilo da autora, a sua marca particular de destacar a auto elaboração de Susana sobre sua condição presente e futura, a partir da recuperação do seu passado, baseia-se em uma percepção afinada das determinantes da lógica de reprodução social à qual ela mesma estava inserida. A possibilidade de uma reflexão como essa reverbera a análise de Achille Mbembe (2018) ao menos em dois pontos, quais sejam: (1) as bases de representação de colonizados e nativos constituintes da razão colonial e imperialista; e (2) os termos da produção literária negra como uma *crítica da razão negra*.

Para Mbembe (2018), a produção cultural – em sentido lato – que tematiza as pessoas negras pode ser dividida em dois momentos: um primeiro marcado pelo que ele chama de *consciência ocidental do negro*, e um segundo no qual emerge essa produção marcada por uma *consciência negra do negro*. Essa divisão se baseia em um escrutínio histórico da modernidade ocidental e seus sentidos internos, destacando a racialização e a conexão desta com a acumulação na definição dessa fase histórica. De acordo com o autor, o primeiro momento desse aparecimento do sujeito negro dá-se sob o “instinto imperialista”, no qual “o ato de captar e apreender foi progressivamente se desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo de que se falava” (MBEMBE, 2018, p. 41).

O que então se chamava de “estado de raça” correspondia, assim se pensava, a um estado de degradação e a uma defecção de natureza ontológica. A noção de raça permitia representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior. Seriam o reflexo depauperado do homem ideal, de quem estariam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. Falar delas era, antes de mais nada, assinalar uma ausência – a ausência do mesmo – ou ainda uma presença alheia, a de *monstros* e *fósseis* (MBEMBE, 2018, p. 41-42).

Maria Firmina dos Reis a todo tempo aponta a desumanização das pessoas negras que se reproduz na experiência de suas personagens, destaca a relação entre essa hierarquia de qualificação com a constituição das personagens, além de apresentar os indícios do quão fundamental é toda essa “estruturação sociossimbólica” (BARROS, 2019, p. 48) para a ordem do mundo em sua obra. Além disso, ela apresenta os subsídios para a reconversão desse entendimento acerca das pessoas negras, ainda que, como já indicado, isso se baseie em um humanismo de base cristã. Aqui não se toma como aleatória a conexão já apresentada entre Túlio e Tancredo, especialmente no esforço de elaborar que o jovem proprietário compartilha aspectos com o seu salvador: “[...] em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro” (REIS, 2018, p. 23). Tomar a composição de sentimentos comuns ao homem branco e negro serve como recurso para indicar um conteúdo humano em ambos, mas, do modo como foi apresentado, o procedimento lógico se inverte em

sua narrativa: é *a partir* da pessoa negra que se tem noção de sentidos e sentimentos de humanização e não como derivação da condição branca que transborda para a pessoa negra.

Toda a montagem de *Úrsula*, portanto, atua ao menos em duas frentes: a fim de apresentar que “o branco senhor de escravos era o homem sem *devoir* porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade” (MOURA, 1983, p. 124); e as pessoas negras e algumas mulheres brancas como agentes de um outro mundo possível, dado que munidas de sua consciência do passado e das condições concretas determinantes de sua experiência. Desse modo é que essa obra pode ser tomada aqui como tendo os elementos dessa segunda fase da produção em torno da pessoa negra, instituindo nesse romance a reconversão na qual “se a consciência ocidental do negro é um *juízo de identidade*, esse segundo texto é, *inversamente*, uma *declaração de identidade*” (MBEMBE, 2018, p. 62, grifo original).

Mesmo que a centralidade da obra seja a jovem branca Úrsula, o romance de Maria Firmina dos Reis produz dialeticamente o quadro dos tipos sociais presentes no contexto de produção da autora. Tal qual Memmi¹ (2021), Reis empreende o esforço em caracterizar esses “retratos” e montar um cenário no qual sejam explícitas as facetas de vinculação entre explorados e oprimidos por gênero, raça e classe. Naquilo que tem de novo em sua escrita, a autora reitera a constituição sociológica da sociedade brasileira de seu tempo, articulando os prismas de uma *crítica possível*, ainda que dentro de limites próprios da época e dos termos prévios do referencial humanizador. O principal destaque, por óbvio, é a concepção de liberdade e as bases nas quais ela se fundamentaria. Tensionar o termo da liberdade alforriada em um mundo definido enquanto uma ordem social fundada sobre a exploração de pessoas negras e mulheres, elaborando-as enquanto “significante redutor” (BARROS, 2019, p. 39), abre margem para questionar os modos pelos quais essas personagens negras não empreendem o passo seguinte da *radicalização* de sua libertação, mesmo tendo, em termos hegelianos, antecipado um “tomar a si para si mesmo” e a liberdade, “enquanto conceito, é pensada demandando um *no mundo*” (ARAÚJO, 2020, p. 397, grifo original). A autora elabora um discurso que se remete à estrutura social que a circunda apresentando os limites concretos de realização da liberdade e de qualquer justiça. Susana, apesar de saber um sentido mais forte de liberdade, ainda vive nos limites de uma sociedade escravista e é a representação da figura negra feminina responsável pelo cuidado; Túlio, jovem legalmente livre, tem sua liberdade atrelada à sua necessidade de acompanhar seu benfeitor; Antero, por sua vez, é condenado à escravidão do corpo e da alma,

¹ Na obra “Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador”, publicada originalmente em 1957, Alberto Memmi aborda a questão da colonização e de seus efeitos psicológicos a partir da relação colonizado-colonizador, mostrando que os dois fazem parte de um mesmo processo.

escravizado pelo comendador e pelo vício que lhe é imposto pela crueldade de sua condição. Em geral, Maria Firmina dos Reis empreende um processo dentro da literatura romântica de seu tempo que impõe, a partir de suas personagens negras, uma humanidade que lhes é negada concretamente, dada as bases racistas da reprodução socioeconômica, e ideologicamente, na constituição do pensamento social, político e literário que organizam a lógica colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é escrito num contexto de grandes contradições da sociedade brasileira. A obra traz características da estética romântica, porém foge muito das produções românticas do oitocentos ao tratar temas sociais de forma pioneira. O tema da abolição que aparece em segundo plano, torna-se central no livro, pois a autora maranhense traz a subjetividade das personagens negras como Túlio, Mãe Susana e Antero ao “possibilitar a escuta” de suas memórias e testemunhos. Além disso, a autora também aborda a questão feminina de uma ótica que se difere do silenciamento e da obediência destinados às mulheres da época e faz o contraponto entre o *colonizado* e *colonizador* e a *mulher branca* e a *negra*. Ressalta-se que “havia na sociedade brasileira um choque entre *classe, raça e gênero*, na medida, em que as ideias liberais criaram oportunidades para as mulheres da elite enquanto excluíram para as mulheres de cor e pobres (BARBOSA, 2020, p. 59, grifo original).

A narrativa dialoga com os valores religiosos, fortes na época. Em diversas passagens a autora se utiliza da linguagem religiosa para tratar personagens e narrar acontecimentos. A própria ideia de candura, beleza angelical, bondade, características ressaltadas na protagonista, são elementos que a sociedade patriarcal, marcada pelo catolicismo, atribuía às mulheres da época, que eram relegadas ao espaço privado e vistas apenas aptas a exercer os papéis de mãe e boa esposa.

Maria Firmina dos Reis torna-se pioneira ao trazer a figura do negro de forma humanizada, rompendo com a ideia do negro selvagem ao falar de Túlio diz: “[...] em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro” (REIS, 2018, p. 23), desnaturalizando o estereótipo de violento e mau. Segundo Eduardo Duarte (2004) é em sua obra que se encontra pela primeira vez na literatura brasileira um discurso em que se ouve a voz dos escravizados, apontando o colonizador europeu como bárbaro. Ao trazer as memórias de Mãe Susana sobre a África e liberdade, percebe-se um discurso dissonante daquele que naturalizava a condição do escravizado, e coloca a liberdade numa dimensão mais ampla, que não se limitava a uma carta de alforria. Sua fala é uma forte denúncia ao tratamento desumano dispensado aos negros no Brasil desde a travessia transatlântica nos navios negreiros.

Enquanto, mulher negra, pesquisadora numa instituição pública, esse trabalho me permitiu perceber ainda mais a permanência desses silenciamentos das vozes negras dentro e fora do universo acadêmico. Afinal, foram mais de dez anos presentes em instituições públicas sem mulheres negras nas referências. Revisitar o trabalho de Maria Firmina nos permite

questionar os papéis sociais e um conjunto de valores que produzem sistematicamente violência contra mulheres negras ao longo dos séculos. As denúncias trazidas por Maria Firmina, em *Úrsula*, mostram seu caráter político e uma articulação com experiências vivenciadas, possibilitando-nos problematizar essas relações desiguais, impulsionando-nos ações que busquem transformar essa realidade patriarcal e racista que se mantém aos longos dos anos no Brasil.

Desse modo, considera-se importante o resgate de Maria Firmina dos Reis e de sua obra, não só pelo seu teor, mas pelo significado teórico e político que ambos trazem para a história do Brasil e da literatura brasileira. Com o presente trabalho, pode-se perceber o compromisso da autora em tratar das principais questões do seu tempo de forma crítica numa tentativa de elucidar os problemas da época, tornando-se, desse modo, uma intelectual à frente do seu tempo.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Régia. Maria Firmina dos Reis: precursora negra da abolição. In: REIS, Maria Firmina dos Reis. Úrsula. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021, p. 295-307.

ARAÚJO, Esdras Bezerra Fernandes de. O racional olhou o real, o real olhou de volta. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 4, p. 388-398, 2020.

BARBOSA, Anna Kristyna Araújo da Silva. **Um iluminista nos trópicos**: Tobias Barreto e a questão feminina no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica da metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos avançados**, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1981.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CAMERON, Deborah. Dicotomias falsas: gramática e polaridade sexual. In MACEDO, Ana Gabriela (org.). **Gênero, identidade e desejo** – Antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Cotovia, Lisboa, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: Império. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

DOS SANTOS, José Benedito. A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis. **Literartes**, n. 5, p. 184-208, 2012.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX – dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina e os primórdios da ficção Afro- brasileira. In: **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, v. 6, n. 2, p. 146-153, 2013.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (orgs.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.

EVARISTO, Conceição. África, a Pasárgada de Mãe Susana. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021, p. 277-285.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. **A mulher negra nos Cadernos Negros**: autoria e representações. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2009.

GUIMARÃES, Geni. **Poemas do regresso**. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LUCIANO, H. J. O negro na literatura brasileira: de objeto a sujeito. In: Anais da XIV Semana da Educação - Pedagogia 50 anos, Londrina - Paraná, 2012.

MBEMBI, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MENDES, Algemira de Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MENDES, Algemira Macêdo. O discurso antiescravagista em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Cerrados**, v. 20, n. 31, 2011.

MENEZES, Raimundo. **Dicionário literário brasileiro ilustrado**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. Notas sobre o romance brasileiro de autoras negras. **Opiniões**, n. 10, p. 46-56, 2017.

MIRANDA, Fernanda. Uma autora à frente do seu tempo. In: REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021, p. 287-294.

MORAES FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Z. L. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis**. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora fundação UNESP, 1998.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, Thayara Rodrigues. **Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos reis, “uma maranhense”**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no Século XIX: traumas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2004.

QUEIROZ, Teresinha. Amélia Beviláqua e a escrita feminina no Brasil. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Joseylza Lima; GAI, Eunice Terezinha Piazza. O romantismo em *Gupeva*, de Maria Firmina dos Reis: uma leitura hermenêutica. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, p. 46-61, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPIVAK, Chakravorty. Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. A educação feminina no Brasil ao fim do século XIX. **História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-89, 1997.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de história**, n. 120, p. 73-83, 1989.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista. **Em Tese**, v. 14, n. 1, p. 31-45, 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.